



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 666 - DE 12 A 26 DE JUNHO DE 2022 - R\$ 5,00

Prolonga e agrava a guerra na Ucrânia

**Para conquistar a paz, é preciso pôr fim
à presença da OTAN e das bases militares
dos Estados Unidos na Europa**

**Somente a classe operária organizada tem como
responder com o programa revolucionário à
desintegração e à barbárie capitalistas**

**Toda força à campanha internacional
do Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional pelo fim da guerra**



**Responder à miséria e à fome
com o programa de
reivindicação dos explorados**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos
convoquem um Dia Nacional de Luta,
com paralisações e bloqueios, como
parte da preparação de uma greve geral**

A guerra na Ucrânia e a fome

A classe operária tem o seu programa de combate, é preciso aplicá-lo!

Dizem os porta-vozes do imperialismo que a “guerra está empurrando o mundo para a fome generalizada e resolver essa questão é uma obrigação de todos.” Na realidade, não existe “obrigação de todos”. A burguesia é a classe responsável pela guerra e por suas consequências. E, por isso mesmo, não tem como dar solução à mencionada “catástrofe alimentar”.

O capitalismo atingiu um ponto de desenvolvimento das forças produtivas mundiais que o tornou capaz de resolver a miséria e a fome. No entanto, ocorre o contrário. Em vez de caminhar para a sua superação, as agrava. Essa contradição evidencia o caráter estrutural da miséria e da fome no capitalismo.

Segundo informações, 1,6 bilhão de pessoas não se alimentam suficientemente no mundo. E, deste gigantesco contingente, aproximadamente 440 milhões passam fome.

A explicação dos analistas sobre o agravamento das condições de existência das massas, nos últimos anos, se resume à catástrofe sanitária da Covid-19 e, agora, à guerra na Ucrânia. Em um artigo dedicado a essa questão, a revista *The Economist* concluiu que “Putin não deveria usar a comida como arma”.

Nota-se que a série de dados expostos pelo redator visa, essencialmente, a apoiar os Estados Unidos e a seus aliados europeus. Mas, se se analisar o processo que levou o governo russo a intervir militarmente na Ucrânia, se verá que a reponsabilidade parte do imperialismo, que anteriormente já vinha utilizando-se da OTAN para cercar a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e, em seguida, a Rússia.

Evidentemente, a guerra tem impactado no preço dos combustíveis e dos alimentos, portanto, na vida da maioria oprimida. No caso dos combustíveis, são mais do que visíveis, os efeitos aterradores das sanções econômicas ditadas pelos Estados Unidos à Rússia. Quanto ao preço dos alimentos, a Ucrânia e a Rússia são grandes provedores de grãos e de fertilizantes. O bloqueio do porto de Odessa e as minas espalhadas nas águas do Mar Negro, sem dúvida, reduzem as exportações ucranianas. Mas, parte da elevação dos preços já vinha ocorrendo desde a Pandemia. A guerra tão-somente comparece como um poderoso agravante.

A insuficiência alimentar e a fome, que atingem milhões, sempre acompanhou o capitalismo. A própria *The Econo-*

mist afirma que, antes de se chegar a 1,6 bilhão de famintos, o contingente perfazia 440 milhões. O salto é sensível, mas reflete apenas o agravamento da fome estrutural, originada das contradições econômicas e sociais do capitalismo.

Acontecimentos como o da Covid, guerra, seca, etc. expõem o caráter estrutural da miséria e fome, uma vez que ressaltam o estado de barbárie do fenômeno social que parece natural. O salto de 440 milhões para 1,6 bilhão, em pouco tempo, é um indicador de que as contradições do capitalismo em decomposição tendem a sacrificar as massas mundiais, em escala grandiosa e em ritmo incontrolável; e que a burguesia não tem como proteger os explorados diante das constantes catástrofes.

Somente a classe operária e os demais trabalhadores podem tomar em suas próprias mãos a defesa de sua existência e de toda a humanidade. A regressão organizativa sofrida pelo proletariado em todo o mundo – causada pelo seu desarme ideológico e político, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e, mais recentemente, desde a crise da década de 1970, que culminou com a derrocada da URSS em 1991 – se faz presente na forma de crise de direção revolucionária nas atuais condições de impulso da barbárie social.

Os explorados não têm outra via, a não ser recorrer à luta de classes. O seu programa de reivindicações contra a exploração capitalista, a pobreza, a miséria e a fome, há muito elaborado pela sua vanguarda marxista-leninista-trotskista, mantém a sua vigência. Trata-se de aplicá-lo na luta contra a barbárie capitalista. Quanto à guerra, não haverá nenhuma saída progressiva, a depender do imperialismo e da própria política de opressão nacional, exercida pelo governo e pela oligarquia restauracionistas da Rússia.

As poderosas forças produtivas mundiais podem e devem ser colocadas a serviço da eliminação da miséria e fome. Para isso, têm de ser compatibilizadas com o fim da propriedade privada capitalista, e a edificação da propriedade social dos meios de produção e distribuição.

Os profundos retrocessos sofridos pelo movimento revolucionário não anularam e não anulam as condições objetivas da necessidade de retomar o caminho das revoluções proletárias. O enfrentamento à chaga da fome exige, porém, a reconstrução dos partidos leninistas. Exige a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Interna-

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast *Massas*, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

TENDÊNCIAS DE ESTAGNAÇÃO NA ECONOMIA

O governo comemorou os dados divulgados pelo IBGE neste começo de mês, de crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre de 2022, em relação ao último de 2021. O PIB nominal, que foi de US\$ 1,83 trilhão, superou o da Rússia (US\$ 1,83 trilhão), Coreia do Sul (US\$ 1,80 trilhão) e Austrália (US\$ 1,75 trilhão), e voltou a figurar entre os 10 maiores do mundo.

Contudo, as previsões do mercado, do Banco Central e FMI variam entre a estagnação e mesmo a recessão em 2022 e 2023, em razão das tendências recessivas mundiais. Segundo relatório do Trading Economics, no primeiro semestre de 2022, as principais economias do mundo registraram baixo crescimento, estagnação e recuo de sua atividade econômica. Canadá, Austrália e Reino Unido tiveram crescimento de apenas 0,8% do PIB trimestral; a Coreia do Sul não ultrapassou os 0,7%. A Alemanha ficou estagnada em 0,2%, assim como a Itália (0,1%) e a Holanda (0,0%). Já França e Japão tiveram queda de -0,2% do PIB, enquanto os EUA recuaram -1,5%. Mesmo o crescimento chinês ficou abaixo do esperado, com apenas 1,3%. Os dados do primeiro semestre estão longe de determinar o índice final do crescimento das economias para o ano de 2022, mas são péssimos indicadores, que apontam para uma desaceleração da economia mundial, que terá grande impacto sobre a economia nacional.

Anteriormente, dissemos que o crescimento do PIB do Brasil em 2021 (4,6%), apenas correspondia à recomposição da atividade econômica semiparalisada pelos efeitos da Pandemia (2020), quando o PIB caiu -4,1%. Segundo o Monitor do PIB da FGV, o retorno do PIB aos patamares pré-pandemia o levou de volta também ao velho quadro de estagnação. Não à toa, o Boletim Focus do Banco Central prevê crescimento de apenas 0,3% este ano. Outras instituições financeiras e bancos não descartam inclusive a possibilidade de recessão. Entre as razões dessa nova estagnação, estão a alta dos juros (Selic em 12,75%) e inflação (acumulado de maio em 12,2%), que desestimulam o já fraco consumo e o investimento.

A guerra na Ucrânia tem pressionado pela alta do dólar (que já vinha ocorrendo anos antes), o que implica em inflação ligada aos produtos importados. A entrada de divisas, antes centrada nas exportações de commodities, tem sido ajudada agora pela alta dos juros (que atrai os capitais especulativos) e serviram para estabilizar a moeda americana no patamar inferior a R\$ 5,00. A alta do preço dos combustíveis e do trigo, contudo, fizeram saltar a inflação, mesmo com câmbio semiestabilizado. A economia brasileira tem sentido com mais força o peso do empobrecimento das massas, do baixo investimento e do endividamento.

O recente anúncio de superávit primário nas contas públicas (União, estados, município e estatais) em 2021, de R\$ 64,7 bilhões, deveu-se, sobretudo, à arrecadação dos estados com ICMS sobre combustíveis. Vale lembrar que a União teve déficit de R\$ 35,9 bilhões no período. De forma alguma correspondeu a um volume maior de impostos recolhidos a partir da retomada da economia, o que significa dizer que a arrecadação avançou às expensas do maior empobrecimento das massas, que arcaram com o alto preço dos combustíveis.

Os dados do IBGE indicam que o desemprego formal recuou para 10,5% da PEA (população economicamente ativa) em maio. Com isso, o número de desempregados formais ficou em 11,3 milhões de trabalhadores, patamar próximo ao do governo Dilma/PT, em 2016. A oferta de postos de trabalho, contudo, se faz com jornada mais longa e salários mais baixos, o que confirma nossas previsões de que a recomposição dos empregos se daria da pior

forma, num quadro de destruição de direitos trabalhistas e aumento da superexploração. Por outro lado, um elevado percentual da reocupação da força de trabalho se dá pela via da informalidade. É a própria burguesia quem o reconhece: *“isso não significa um mercado de trabalho melhor, já que hoje temos uma renda em patamares mínimos e a proporção de ocupações informais no mercado de trabalho é cada vez maior”* (Bruno Imaizumi, da LCA consultores). O elemento novo (de piora complementar da situação), está na brutal inflação, que corrói a renda dos mais pobres, e na incapacidade da burguesia e seus governos de repor as perdas salariais. A redução do desemprego, por esta via, é um fator que contribui para a estagnação econômica. Se por um lado há maior lucratividade para os capitalistas, em razão da superexploração, por outro, os salários miseráveis não são capazes de aquecer o consumo.

A resposta da burguesia aos juros altos, manejado pelos bancos e que impactam toda a cadeia produtiva, tem sido a de alterar a legislação em vigor, dando às instituições financeiras livre trânsito para executar dívidas e tomar bens de devedores. O presidente da Febraban, Isaac Sidney, se pronunciou sobre o caso, explicando que 80% dos custos do spread bancário (diferença entre o que o banco paga de juros para captar dinheiro de clientes e o que ele cobra nos seus empréstimos) referem-se a custos, e apenas 20% a lucros dos bancos. Custos esses que correspondem à recuperação do crédito (medo de calote) e impostos. A Febraban tem sido uma das fiadoras da lei do Novo Marco de Garantias, aprovada na Câmara em 01/06, que permite para fins da redução dos custos do spread bancário, a busca e apreensão de bens de devedores sem a necessidade de autorização judicial. Além disso, pressiona por uma reforma tributária que reduza os impostos sobre o sistema financeiro (IRPJ, CSLL, Pis-Cofins, ISS), como condição para reduzir os juros cobrados nos empréstimos. O lamento hipócrita da Febraban, de que apenas 20% dos empréstimos correspondem a lucros, não impediu os bancos de faturarem em 2021, R\$ 90 bilhões! A oligarquia financeira nunca foi incomodada nas suas operações abusivas, por nenhum dos governos burgueses, incluindo os governos petistas. No passado como agora, os lucros dos bancos sempre se mantiveram em alta e intocados.

A estagnação econômica, a inflação, a persistência do desemprego, da superexploração e da ruína financeira das massas expressa a crise econômica do capitalismo. Em sua base está a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas (maquinário, tecnologia, etc) e as relações de produção burguesas (grande propriedade privada, assalariamento, mercado). A resposta proletária à desintegração econômica do capitalismo precisa começar com a defesa do emprego a todos e dos salários por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais trabalhadas entre empregados e desempregados) e da escala móvel dos salários (alta automática dos salários conforme a alta dos preços), assim como a defesa dos direitos trabalhistas, defesa do salário vital, combate às contrarreformas, às privatizações, a reestatização das empresas privatizadas, e a estatização sem indenização de todo o sistema financeiro, sob controle operário.

A exigência de um dia nacional de lutas com paralisações e bloqueios (que prepare a greve geral) é a bandeira que corresponde à necessidade de enfrentamento das massas, contra a ofensiva do governo ultradireitista, entreguista, antinacional e antipopular de Bolsonaro. Eis por que o POR combate o eleitoralismo e chama os explorados a exigir de suas centrais, sindicatos e movimentos a organização imediata da luta nacional em defesa das condições de vida das massas.

Fome afeta 6 entre cada 10 brasileiros

O Programa de Transição permite unir a luta contra a fome com a estratégia da Revolução Proletária



A recente pesquisa divulgada pela Rede Penssan mostra que 58,7% dos brasileiros não sabe o que vai ser de sua próxima refeição, o que chamam de “insegurança alimentar”. E que 33,1 milhões estão passando fome. 14,1 milhões a mais que no ano passado, quando eram 19 milhões. Note-se que, entre 2004 e 2013, eram 4,2% dos brasileiros com fome (menos de 9 milhões, ainda assim, um número enorme). O avanço da fome expressa o aumento da barbárie capitalista sobre as massas em geral. Reflete a alta inflacionária, que esmaga os salários. Reflete o emprego precário, que paga a miséria às famílias de assalariados, com ou sem carteira. Reflete o desemprego e o fechamento de fábricas, que arrastam milhões de trabalhadores à perda de seu único modo de sobrevivência.

Os capitalistas e a imprensa burguesa afirmam que é preciso fazer crescer a economia para poder dar emprego. Escondem que a economia cresce, enquanto os salários e empregos diminuem. O capitalismo vive sua época histórica de decomposição, só reserva às massas a barbárie, miséria, mais violência, fome, guerras e destruição física e intelectual. Os governos burgueses, de direita ou de esquerda, zelam fielmente para que se use o orçamento público em benefício do parasitismo financeiro, sustentando os juros e serviços da dívida pública, subsidiando grandes e poderosas empresas e bancos, ainda que para isso tenham de cortar as verbas da Saúde, Educação e Aposentadoria, e congelar os salários do funcionalismo, até demiti-lo.

O Programa de Transição tem a resposta para essa situação: levanta as reivindicações gerais das massas, as mais sentidas, como salário e emprego, e as democráticas, como direito universal à Saúde



e Educação, unindo-as todas num sistema de reivindicações ligadas à defesa da estratégia da Revolução Proletária. Permite travar a luta pela sobrevivência das massas na direção de sua emancipação total da exploração e opressão de classe.

Os salários são esmagados pela inflação. É um meio dos capitalistas preservarem seus lucros em momentos de crise, à custa do esmagamento dos salários. O Programa de Transição aponta a necessidade de lutar para que se pague um salário mínimo que corresponda às reais necessidades de sobrevivência de uma família operária. A isso se chama salário mínimo vital. E que os salários em geral sejam reajustados de acordo com a inflação real, de forma a não perderem seu poder de compra. A isso se chama escala móvel de salários.

Os empregos são a única fonte de sobrevivência dos explorados. O desemprego serve ao aumento do lucro imediato dos capitalistas, assim como serve a uma maior concorrência dos explorados pelos empregos, rebaixando o valor dos salários. Novamente beneficiando os capitalistas. Contra o desemprego, o Programa de Transição levanta as bandeiras de fim de todas as demissões, estabilidade no emprego a todos, e divisão de todo o trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salário, de forma que ninguém fique desempregado. A isso se chama escala móvel das horas de trabalho.

O governo Bolsonaro tem impulsionado sua ofensiva contra as estatais, com seus programas de privatização. Estão na sua mira, a Eletrobras, Correios, Petrobras, etc. As privatizações passam às mãos de capitalistas empresas que deveriam prestar serviços à população assa-

lariada, e estar sob controle nacional. É o capital financeiro internacional que se apropria delas, e passa a explorá-las com vista ao maior enriquecimento, à custa de maiores ataques às condições de vida das massas. O Programa de Transição defende a estatização com controle operário, e a ruptura com o imperialismo (capital financeiro internacional), não pagamento da dívida pública, como condições para a soberania nacional.

As direções das organizações de massa estão prometendo que a solução para a inflação, os baixos salários e o desemprego virá da eleição de um novo governo burguês, em substituição ao atual. Apesar das diferenças entre cada governo eleito, a essência é que governam para a classe dominante, e não para a maioria nacional. As massas só podem confiar em suas próprias forças para arrancar de qualquer governo as reivindicações que levantam e de que necessitam.

Por isso, é necessário que as organizações de massa deixem de lado o discurso eleitoral, e passem a organizar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, com um passo para a greve geral. Esse dia de lutas deve ser organizado a partir das reivindicações mais sentidas pelas massas, unindo-as às reivindicações gerais, como aponta o Programa de Transição.

Sabemos que a Guerra na Ucrânia é um dos elementos que favorecem o aumento de preços e a desvalorização dos salários. Essa guerra não interessa aos explorados, a classe operária é internacional, e não defende nenhuma guerra de dominação. Por isso, junto às reivindicações por emprego, salário e moradia, devemos levantar aquelas que se colocam pelo *Fim da Guerra: Desmantelamento da OTAN! Fim das bases militares norte-americanas na Europa! Revogação das sanções impostas pelo imperialismo à Rússia! Autodeterminação, integridade territorial, e imediata retirada das tropas russas da Ucrânia!*

Essa plataforma de reivindicações, como aponta o Programa de Transição, permite que a maioria nacional oprimida se mobilize e busque a solução de seus problemas pelas próprias mãos, enquanto avança para a conquista de seu poder próprio, no Brasil, um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Bolsonaro vem fazendo a reforma administrativa

Na sua base, estão a destruição de direitos do funcionalismo e a precarização dos serviços públicos

O projeto de reforma administrativa continua no Congresso Nacional. O governo não conseguiu aprová-lo de conjunto. No entanto, vem impondo a reforma administrativa por partes. Resumimos os principais decretos de Bolsonaro, referentes aos servidores públicos, que amargam mais de cinco anos sem reajuste salarial.

Restrição de concursos

O Decreto 9739/19 estabelece novas normas para a autorização de realização de concursos. Dentre elas, está a de que o órgão deverá demonstrar ao Ministério da Economia que os serviços prestados não podem ser realizados mediante terceirização. Além disso, o órgão também deverá demonstrar que tentou movimentar servidores de outros órgãos para compor sua força de trabalho, e não foi possível. Dessa forma, diante da aposentadoria de servidores, a regra agora não seria mais a admissão de novos servidores mediante concurso, mas, antes a movimentação de servidores entre os órgãos, para cobrir as lacunas. Na prática, levará à redução gradual do quadro de servidores no serviço público federal, à medida que as vagas dos que se aposentam não são repostas. Isso levará a uma sobrecarga cada vez maior entre os servidores, e ao aumento geral do desemprego no país.

Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

O Ministério do Planejamento, em parceria com a UnB e o TCU, têm implementado um “Projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho”, com o objetivo de definir o “quantitativo de pessoas ideal” em cada órgão e, dessa forma, restringir a realização de concursos, pressionando a movimentação de servidores entre os órgãos. Por meio do DFT, o governo estabelecerá, no âmbito da administração pública federal, uma padronização de tarefas, e o tempo estimado de realização de cada tarefa pelos servidores, à semelhança dos métodos do taylorismo. Certamente, para precarizar ainda mais as condições de trabalho no serviço público federal. Por meio do DFT, o governo poderá estimar, de acordo com sua conveniência, tempos cada vez menores de realização das tarefas, para forjar o argumento de que os órgãos públicos estariam com excesso de servidores e, dessa forma, restringir os concursos públicos.

Nota-se que uma medida está interligada com a outra. Ao mesmo tempo em que existe o Decreto 9739/19, que restringe concursos e força a movimentação de servidores, o governo implementa o DFT como mais um mecanismo para justificar a não realização dos concursos.

Programa de Gestão e Desempenho: destruição da jornada de trabalho

Por meio da Instrução Normativa 65/2020, o Ministério da Economia estabeleceu normas para a implementação do chamado “Programa de Gestão”. Por meio desse programa, os órgãos federais poderão implementar um controle de frequência por “entregas”, sendo dispensado o controle de assiduidade. Dessa forma, os servidores deixariam de assinar a folha de ponto (ou de bater

o ponto eletrônico), e passariam a registrar sua frequência a partir do cumprimento das metas. Trata-se, na prática, da destruição do direito histórico da jornada de trabalho, substituindo-a por um tipo de trabalho por produção.

A jornada de trabalho é uma proteção histórica do trabalhador, frente ao abuso dos patrões. Sem jornada de trabalho delimitada, os operários trabalham 12, 14, 16 horas. Sob um palavreado de “modernidade”, “inovação”, e de “novas tendências do mercado de trabalho”, o governo está fazendo retroceder mais de um século nos direitos trabalhistas.

Até então, os órgãos têm restringido o trabalho por “entregas” à modalidade do teletrabalho, mediante adesão voluntária do servidor. Dessa forma, o governo se tem aproveitado das ilusões do funcionalismo nos supostos benefícios de trabalhar em casa como isca, para fazer os servidores aceitarem o trabalho por “entregas”.

No dia 18 de maio, o governo federal publicou o Decreto nº 11.072/2022, que institui o “Programa de Gestão e Desempenho”, reafirmando a dispensa do controle de ponto e substituição pelo controle por metas, e prevendo que essa nova forma de controle de frequência possa ser implementada também no trabalho presencial. A UFRN, nesse sentido, já elaborou uma proposta de Programa de Gestão que impõe o controle por “entregas” para todos os servidores, inclusive no presencial.

A jornada de trabalho é uma proteção histórica do trabalhador, frente ao abuso dos patrões. Sem jornada de trabalho delimitada, os operários trabalham 12, 14, 16 horas. Sob um palavreado de “modernidade”, “inovação”, e de “novas tendências do mercado de trabalho”, o governo está fazendo retroceder mais de um século nos direitos trabalhistas.

O INSS foi um dos primeiros órgãos a implementar o Programa de Gestão, já antes da Pandemia. É o exemplo mais claro dos malefícios desse programa. Os servidores morderam a isca do teletrabalho, e passaram a trabalhar em casa por metas. À medida que os meses foram passando, a gestão do INSS aumentou as metas de pontuação, de modo que os servidores, sem controle de jornada, ficaram pressionados a extrapolar as 8 horas diárias de trabalho, para cumprir as metas do Programa, o que tem levado ao adoecimento físico e mental.

O “Programa de Gestão e Desempenho” prevê uma tabela de atividades, com uma estimativa de tempo de execução de cada tarefa, o que pressionará os servidores a intensificarem o ritmo do trabalho, para realizar a tarefa dentro do tempo previsto. Com base nessa tabela, cada tarefa será convertida, subjetivamente, no seu equivalente estimado em horas, até que se somem as 40 horas semanais. Aí está a ligação do “Programa de Gestão do Desempenho (PGD)” com o “Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)”. A tendência é que as metas se tornem cada vez maiores, à

medida que aumente a quantidade de tarefas, em virtude da redução da quantidade de servidores, levando os servidores à exaustão. Sem a jornada de trabalho, não haverá mais nenhum limite para a exploração do trabalho dos servidores.

Teletrabalho

Visto por muitos servidores como uma coisa boa, o teletrabalho está se consolidando no serviço público federal como uma forma de sucateamento e precarização das condições de trabalho. Por meio desse regime, os servidores terão de custear os insumos necessários, como energia, equipamentos, internet, telefone, etc. O governo se aproveita do teletrabalho para cortar verbas no serviço público. Com os servidores trabalhando em casa, e com o corte de gastos, os órgãos serão pressionados a fechar salas e prédios, rescindir contratos de aluguel, e demitir terceirizados. Além de repassar os encargos para os servidores, o teletrabalho acaba com o limite que separa a vida profissional da vida pessoal. Isso se faz sentir com maior gravidade pela mulher trabalhadora, sobre a qual recai o peso das tarefas domésticas (cozinhar, lavar roupas, além do cuidado com os filhos, idosos e incapacitados). São inúmeros os relatos, durante a Pandemia, de mulheres que só conseguiam trabalhar na madrugada, quando os filhos pequenos já estavam dormindo. À medida que a mulher trabalhadora é levada ao teletrabalho, o Estado utiliza dessa situação para se desresponsabilizar, de uma vez por todas, da garantia de creches, restaurantes populares, e da própria escola pública, etc.

O teletrabalho também enfraquece a organização coletiva no local de trabalho, levando os servidores a ficarem cada vez mais submetidos ao governo e aos gestores. Sem dúvidas, aumentará o poder dos chefes sobre os trabalhadores, aumentando os casos de assédio moral. Com os servidores em casa, o governo aproveitará para congelar salários, e vincular o salário ao cumprimento de metas.

Centralização da estrutura organizacional e dos serviços

É parte do plano do governo de enxugamento do serviço público federal, a centralização das estruturas organizacionais e dos serviços prestados. Longe de ser uma forma de melhoria e otimização dos serviços públicos, a centralização realizada pelo governo vem no sentido de se adaptar à redução gradual do número de servidores.

Por meio do Decreto 10.620/2021, o governo determinou a centralização pelo INSS da concessão e manutenção de aposentadorias e pensões de autarquias do Poder Executivo. Até então, cada universidade ou instituto federal, por exemplo, cuida das questões dos seus respectivos servidores aposentados e pensionistas. Criou-se uma agenda para que as autarquias, uma após a outra, cedam seus aposentados e pensionistas para o sistema do INSS. Uma vez que isso acarretará um enorme aumento de demanda no INSS, que já sofre com falta de funcionários, a “solução” do Decreto 10.620/2021 é permitir que servidores das autarquias, que trabalham na área de gestão de pessoas, sejam movimentados compulsoriamente para compor a força de trabalho do INSS. Dessa forma, tornará mais grave o problema da enorme fila do INSS, e a demora na concessão dos benefícios. Além disso, a perda do vínculo do aposentado com o seu local de trabalho servirá para que o governo tente acabar de vez com a paridade, para os servidores que ainda possuem esse direito.

Outro exemplo está ocorrendo na UFRN, que é a centralização

das secretarias. Em um determinado Centro, que possua certo número de secretarias, onde cada secretaria requer a presença de um servidor, a centralização implica a criação de uma secretaria única do Centro, onde todos os servidores passariam a ser lotados, e que acolheria a demanda de todos os departamentos. Dessa forma, se uma parte desses servidores se aposenta, as suas tarefas serão redistribuídas entre os que ficam, sobrecarregando o conjunto dos servidores. Além de precarizar as condições de trabalho dos servidores, prejudicará o atendimento aos professores e estudantes dos cursos. As medidas de centralização no serviço público federal se combinam com o teletrabalho. Uma vez que boa parte dos servidores está trabalhando em casa, se vai afrouxando o vínculo com a unidade de lotação, facilitando a movimentação dos servidores entre os órgãos e a unificação de setores.

Instrução Normativa 54/2021: ataque ao direito de greve

A IN 54 dá base para que os órgãos federais descontem salário dos servidores grevistas, seguindo a decisão do STF, em 2016, que autoriza o desconto dos dias da greve. Além disso, a IN 54 diz que “os órgãos [...] poderão firmar Termo de Acordo para permitir a compensação das horas não trabalhadas pelos servidores e a devolução dos valores já descontados [...]”, ou seja, o desconto salarial poderá ser imediato. Trata-se de mais um avanço do Estado burguês contra o direito de greve do funcionalismo federal, já quase inexistente.

A reforma “invisível” é reflexo da política de conciliação de classes

Tamanha destruição de direitos e precarização de serviços levou ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, a afirmar, em palestra para o mercado financeiro, que “o avanço na digitalização”, aliado às aposentadorias no serviço público federal, resultou numa reforma administrativa “invisível”, realizada pelo governo durante a Pandemia.

A que se deve a “invisibilidade” desses ataques? À política de conciliação de classes, realizada pelas direções sindicais, que se tem mantido totalmente passivas, e não têm sequer denunciado as medidas implementadas pelo governo federal. Medidas estas que, a médio e longo prazo, trarão um efeito devastador sobre os direitos dos servidores e sobre os serviços públicos já sucateados. A política conciliadora das direções tem permitido que o governo Bolsonaro avance livremente contra os direitos, sem ter de enfrentar resistência do funcionalismo. Tamanha é a passividade das direções que, recentemente, o governo anunciou que nem mesmo a esmola de 5% de reajuste será concedida ao funcionalismo esse ano.

A crise de direção é alarmante no seio da camada mais explorada do funcionalismo federal. Nada mais é que reflexo da crise de direção revolucionária na classe operária. As direções sindicais, longe de organizarem a luta pelas reivindicações, têm cultivado ilusões de que um futuro governo de Lula seria a solução para reverter a perda de direitos. Esse quadro só reforça a necessidade da construção de uma fração revolucionária no funcionalismo federal, que expresse a política proletária e a luta pelas reivindicações a partir do método da ação direta. Nesse sentido, o POR tem levantado a campanha por um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, como um passo para construção de uma greve geral contra os governos e os patrões.

Intervenção no ato de 9 e junho

São Paulo

O ato de 9 de junho, chamado pela UNE e outras entidades estudantis, em São Paulo, contou com aproximadamente 300 pessoas, sendo a absoluta maioria estudantes da Unifesp e IFSP. Não serviu como preparação e organização de uma luta nacional pelas necessidades dos explorados e contra os ataques à educação. Foi na verdade, um palanque eleitoral para PCdoB e PT.

As direções do movimento estudantil se têm mostrado profundamente burocratizadas, desconhecendo a democracia operária. O POR foi impedido de falar, sob a justificativa de que só falariam entidades estudantis, não partidos. Já o PCdoB, que

dirigia o ato, usou e abusou do microfone, falando mais de 20 vezes. Muitas falas, mas a mesma política: eleger Lula e uma bancada de parlamentares progressistas, em outubro.

O POR atuou através de seu Manifesto, onde defendeu a unificação dos movimentos dos explorados, e contra o corporativismo das direções estudantis. É necessário um movimento nacional pelas necessidades dos trabalhadores, como os empregos, salários e direitos. A defesa da educação pública é parte dessa luta mais ampla.

Publicamos abaixo o Boletim distribuído na manifestação

Não aos cortes na Educação! Ocupar as ruas no dia 9 de Junho!

Em defesa do ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, e vinculado à produção social! Combater o ensino privado, lutando pela expropriação de toda a rede particular de ensino, sem indenização, sob o controle dos estudantes e dos trabalhadores! Que as entidades estudantis, sindicatos, centrais e movimentos ergam os comitês de luta unificados, convoquem as assembleias presenciais, para organizar a resistência coletiva! Por um dia Nacional de Luta, como preparação para uma greve geral no país!

A UNE (União Nacional dos Estudantes) está convocando manifestações em algumas cidades do país para o dia 9 de Junho. O objetivo inicial era protestar contra a PEC 206/19, que pretende cobrar mensalidades nas universidades públicas. Acontece que a Proposta foi arquivada, mediante um acordo entre os parlamentares da oposição e os governistas. A questão não deve ser retomada neste ano, pelo menos. Ainda assim, a convocatória foi mantida pela direção da UNE, tendo em vista que, quase simultaneamente, o governo anunciou um enorme corte no chamado “orçamento discricionário”, bloqueando 14,5% da verba do MEC destinada ao custeio de universidades e institutos federais, o que equivale a uma cifra na ordem de R\$ 3,23 bilhões. Dias depois, o governo anunciou que reduziria o corte para 7,2% das verbas (R\$1,6 bilhão), recuando, ao mesmo tempo, do limitado reajuste de 5% ao funcionalismo. O corte atinge bolsas e auxílios para assistência estudantil, além da manutenção das instituições, incluindo aspectos como segurança, água, manutenção, telefone, etc.

O corte orçamentário se insere em um quadro mais amplo de ataques à Educação pública, principalmente desde a aprovação da reforma do ensino médio/BNCC, passando pelo avanço da privatização, da terceirização e da militarização. Tem-se aprofundado o sucateamento do ensino, assim como se tem fortalecido o obscurantismo e o elitismo – haja vista a aprovação do *homeschooling* (ensino domiciliar) na Câmara dos Deputados, medida claramente elitista e adaptada à pressão religiosa. Os ataques atingem desde a Educação Infantil, até o Ensino Superior. Não por acaso, os sindicatos do funcionalismo municipal de São Paulo estão convocando uma manifestação para o mesmo dia que a UNE (9 de Junho) – embora sem a participação do mais expressivo sindicato, o SINPEEM (da Educação), que permanece com uma política corporativista e aparelhista, e segue atrasando a resistência coletiva dos trabalhadores. O prefeito Ricardo Nunes (MDB), logo após ter imposto uma nova reforma previdenciária, quando aprovou também pontos da contrarreforma administrativa, está articulando, agora, uma nova rodada de ataques, cujo eixo será uma “reestruturação da carreira” – leia-se destruição de direitos e substituição dos salários pelo regime de subsídios (que levará à perda de quin-

quênios, sexta-parte e outras conquistas históricas).

A Educação vem sendo golpeada, enquanto o conjunto dos trabalhadores, por sua vez, em particular a classe operária, sofre com o fechamento de fábricas, com as demissões, a retirada de direitos e o arrocho salarial, justamente em um momento de alta dos preços dos alimentos e produtos básicos. A aplicação das contrarreformas da Previdência e trabalhista piorou significativamente a vida das massas, eliminando pontos elementares da legislação de defesa dos trabalhadores. Por toda a parte, a barbárie avança a passos largos, com o crescimento da quantidade de pessoas vivendo nas ruas, com o recrudescimento da violência, especialmente a violência policial nos bairros operários, além da fome, das doenças e toda sorte de desgraça. Trata-se de um quadro extremamente difícil para os explorados, agravado pela guerra na Ucrânia, que além de promover uma ampla matança e destruição, atinge duramente a economia mundial, com as sanções impostas à Rússia e outras medidas semelhantes.

Em cada um desses ataques, dos cortes no orçamento da Educação brasileira até a guerra na Ucrânia, pode-se encontrar a participação do imperialismo, principalmente o estadunidense. A crise do capitalismo impõe à burguesia uma política de pilhagem, seja das riquezas naturais dos países mais débeis, seja dos salários e direitos dos trabalhadores. O endividamento dos países é utilizado como mecanismo para saquear e subordinar as economias das semicolônias. Está aí o elo que interliga todas as questões mencionadas acima. A PEC 206/19, por exemplo, não passa de uma aplicação do receituário ditado pelo Banco Mundial, ao lado de vários outros itens ainda não solucionados, como o corte de verbas da assistência estudantil (exatamente como se pode ver nos últimos cortes orçamentários), a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado, etc. O fato de as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontrarem em contradição com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais indica que o capitalismo não pode oferecer nada, além da desagregação e da destruição generalizadas. A única saída para o grande capital é a destruição de forças produtivas, ou seja, o fechamento de fábricas,

destruição de postos de trabalho, eliminação de vidas humanas, devastação de cidades inteiras pelo vigoroso aparato bélico, etc.

Está aí demonstrada, de forma categórica, a necessidade de superar o modo de produção capitalista e retomar o caminho aberto pelas revoluções proletárias, caminho de transição do capitalismo para o socialismo. Somente a revolução proletária, com a expropriação revolucionária da burguesia, pode libertar as forças produtivas da camisa de força da propriedade privada dos meios de produção. Essa linha estratégica geral, válida para toda uma época histórica, porém, deve passar pela mobilização das massas ao redor de suas necessidades mais concretas, mais elementares. O que inclui organizar os estudantes e o funcionalismo público, tomando as ruas no dia 9 de junho, como ponto de partida de uma jornada de lutas em defesa da Educação pública.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de explicar o vínculo da guerra na Ucrânia com a decomposição do capitalismo e com o salto dado à frente pela retirada de direitos, destruição dos serviços públicos, desemprego, pobreza, miséria e fome. Deve fortalecer a campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, sob as bandeiras de desmantelamento da OTAN, das bases militares

norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

O Partido Operário Revolucionário defende que sejam erguidos os comitês de base e sejam convocadas as assembleias em cada bairro, escola, universidade etc., para que possamos aprovar uma linha política verdadeiramente classista, com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham. Luta que deve ser combinada com a defesa da vida dos explorados, empregando o método da ação direta. As entidades estudantis, os sindicatos, centrais e movimentos sociais devem convocar urgentemente um Dia Nacional de Lutas, como preparação para uma poderosa greve geral. É preciso fortalecer e generalizar as greves que estão despontando na base das instituições federais de ensino. Em dez estados, seções sindicais do Sinasefe, ANDES-SN e FASUBRA deflagraram greve. A luta não pode ser corporativa, deve abarcar as bandeiras contra as privatizações em geral (Petrobras, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa, Metrô etc.), além da necessidade de organizar os explorados na luta pelo fim da guerra na Ucrânia.

Pernambuco

Ato contra os cortes no Recife: esvaziado e eleitoreiro

O 9 de junho, no Recife, não esteve à altura da tarefa de unificar as comunidades escolares e universitárias contra os cortes no orçamento da Educação. As entidades sindicais e estudantis presentes depositam todas as energias no processo eleitoral e realizaram um ato sem a presença de suas bases, uma mera formalidade, dissociando o ato, sua forma e conteúdo, da tarefa de garantir derubar os cortes no orçamento, garantir o financiamento integral da Educação, e combater os planos privatistas. Um ato que se deu de costas para a greve do IFPE, que mal iniciou já está sendo desmontada. Destoaram do eleitoralismo as falas da UJC e as palavras de

ordem do Manguê Vermelho, chamando a construção da greve com ocupação para se opor aos cortes.

A CPE-POR atuou com o boletim nacional da CPE e com um boletim local, em que analisava as ações da burocracia universitária de denunciar os cortes, ao mesmo tempo em que os aplica. Estamos impulsionando a formação de uma frente na UFPE para preparar a volta às aulas e exigir das entidades sindicais e estudantis que convoquem os comitês e assembleias presenciais, e que liguem nossas lutas com a defesa mais geral dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações.

Pronunciamento do POR

Eu vou dedicar essa fala da Corrente Proletária na Educação, do Partido Operário Revolucionário a duas pessoas da comunidade universitária da UFPE que morreram nos deslizamentos: o servidor aposentado Djalma dos Santos e a sua companheira, a trabalhadora terceirizada, Lucinalva. Foram duas das 129 vítimas das chuvas em Pernambuco, no Monte Verde. É importante lembrar dessas pessoas, porque os cortes na Educação que estão sendo anunciados não caem de forma igual sobre a comunidade universitária, eles caem prioritariamente em cima dos estudantes pobres, que vão ter cortada a assistência estudantil, e também em cima dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Lutar contra os cortes é lutar também em defesa dos interesses gerais da população.

Nesse momento, é importante compreender a raiz comum de todos esses males, porque essas mortes não foram causadas pelas chuvas. Os cortes no orçamento não são uma coisa que vem da cabeça do Bolsonaro. São ataques de

classe, é um projeto da burguesia, do imperialismo, para drenar cada vez mais os recursos para o pagamento da dívida pública, para descarregar cada vez mais a crise econômica, pandêmica e climática em cima das costas dos oprimidos, aumentando o desemprego, rebaixando o salário, aumentando a miséria e a fome. Isso coloca também a dimensão do ataque que nós enfrentamos. Esse ataque, por mais que esteja no momento nas mãos de Bolsonaro, não é um projeto exclusivo de Bolsonaro. Os cortes no orçamento da Educação começaram após a crise de 2014, ainda no governo Dilma, e se aprofundaram depois do golpe.

A privatização da Educação é um projeto do Banco Mundial e, governo após governo, vai sendo implementando, com um ritmo maior ou menor, seja cortando o orçamento da Educação pública ou ampliando a fatia da Educação privada. Isso exige de nós uma resposta no campo da independência de classe. Nenhuma ilusão nas eleições. Vamos confiar nas nos-

as próprias forças, para isso a gente tem de chamar as coisas pelo nome. Ainda não tivemos uma real assembleia de estudantes professores e técnicos. Ontem, houve uma audiência [da reitoria] com falas restritas. Em assembleia, todo mundo fala democraticamente e encaminha, ao final, os rumos da luta. Isso ainda tem de ser construído. Precisamos construir comitês unificados, presenciais, de estudantes, professores e técnicos presenciais. Agregar também os trabalhadores terceirizados, que pela extrema precariedade do vínculo, quando levantam a cabeça, já têm a cabeça cortada e são demitidos. Então, nós temos o dever de estender nossa solidariedade.

O chamado que nós fazemos, da Corrente Proletária na Educação, é de unificar as lutas no interior da universidade, mas não só. Unificar a luta contra os cortes e a privatização da Educação, botar abaixo essa PEC 206, com os trabalhadores da Eletrobrás, com os metroviários que estão enfrentando as privatizações, com

os petroleiros. E a gente faz isso criando uma frente única anti-imperialista. Também é importante mencionar que, neste momento, nós estamos vivendo, além da continuidade da crise pandêmica e econômica, os efeitos da guerra na Ucrânia. Por mais que isso seja um conflito distante, tem muito impacto na vida dos trabalhadores, na alta do custo de vida. Por isso, é dever do movimento classista e anti-imperialista se pronunciar pelo fim da guerra da Ucrânia pelo fim da OTAN, das bases militares e das sanções econômicas que têm penalizado a economia mundial e, principalmente, os mais pobres. Mas também defender a autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia. Fora as tropas russas na Ucrânia!

Por mais que tudo isso pareça distante, está tudo conectado. Desde a morte de Lucinalva, trabalhadora terceirizada da UFPE, a todas essas questões. Porque são parte da luta de classes e dos crimes de classe da burguesia. E isso coloca o dever de se organizar com independência de classe, com os nossos métodos próprios. Infelizmente, hoje nós ficamos parados aqui. Nos próximos, a gente tem de exigir das centrais e entidades estudantis um verdadeiro dia nacional de lutas, bloqueando as ruas e rodovias, fazendo paralisações, porque é assim que a nossa reivindicação vai conseguir se vincular com as necessidades da maioria explorada em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e contra as privatizações.



Boletim local distribuído no ato

Enfrentar os cortes na Educação e as privatizações com independência de classe

Convocar a assembleia geral universitária para erguer uma forte luta em defesa da educação pública, por condições de estudo e trabalho. Exigir das centrais sindicais, sindicatos e entidades estudantis a convocatória de um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações.

A reitoria da UFPE realizou, no dia 8 de junho, uma reunião pública para expor à comunidade universitária a situação orçamentária da instituição após o novo corte anunciado por Bolsonaro. A UNE divulgou a atividade como uma “assembleia”, mas na realidade, não houve fala aberta à comunidade e, muito menos, nas deliberações sobre como vamos garantir o financiamento integral das instituições. Em entrevista coletiva, no dia 7 de junho, as reitorias das instituições federais de Pernambuco apresentaram o quadro de estrangulamento orçamentário. Mesmo com declarações contra os cortes, as reitorias vão descarregar seus efeitos sobretudo na assistência estudantil e sobre os trabalhadores terceirizados.

O orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior de 2022 já correspondia a menos da metade do orçamento de 2015. Na semana passada, o governo anunciou um novo corte de R\$3,2 bilhões dos recursos da Educação, e, dias depois, reduziu o valor para R\$1,6 bilhão. Nas Universidades e Institutos Federais, isso significa uma queda de 7,2% em um orçamento que já não era suficiente. Com as fortes chuvas, serão necessários ainda mais recursos para a manutenção da infraestrutura básica nos campi.

O governo mente, ao dizer que o corte se dá para pagar o reajuste salarial dos servidores. A realidade é que o governo despeja rios de dinheiro para pagar juros da dívida pública, distribui uma fortuna para comprar políticos no Congresso Nacional e, agora, tenta jogar a culpa dos cortes nos servidores, cujos salários não são reajustados há cinco anos, acumulando perdas de 50%. O anúncio de um corte menor veio com a notícia de que nem mesmo os 5% de reajuste aos servidores está garantido.

O estrangulamento orçamentário está insuportável. Neste momento, em que retornaremos às aulas 100% presenciais, será ainda mais necessário garantir a estrutura adequada e a garantia de permanência estudantil, com restaurante universitário, moradia e bolsas. Ano após ano, os valores das bolsas têm sido reduzidos e os critérios se tornado mais rigorosos, pois, mesmo os estudantes que se enquadraram nos critérios do plano nacional de assistência estudantil, ficam de fora das políticas oferecidas.

A alta do custo de vida e o desemprego recaem de forma brutal sobre as famílias trabalhadoras. Somam-se os efeitos da crise econômica, da crise pandêmica e, agora, da guerra na Ucrânia. Aqui em Pernambuco, as perdas materiais e humanas com os temporais também golpeiam a comunidade universitária. Dentre os mortos, está ao menos uma trabalhadora terceirizada da UFPE. Diante de tantas necessidades, o orçamento da Educação, assim como da saúde, habitação, etc., precisa ser ampliado, e não reduzido.

Desde já, precisamos rejeitar qualquer adaptação aos cortes, impedir que a universidade se torne mais excludente, precária e privatista. Rechaçamos qualquer prolongamento do Ensino a Distância. O ensino superior deve ser integralmente público, gratuito e universal, aberto a todos que queiram estudar.

Temos de reagrupar nossas forças, contra os cortes e por financiamento integral. Lutar para derrubar a PEC 206/2019, que pretende cobrar mensalidades das instituições públicas. É preciso fortalecer e generalizar as greves que estão despontando na base das instituições federais de ensino. Em dez estados, seções sindicais do Sinasefe, ANDES-SN e FASUBRA deflagraram greve, inclusive em vários campi do IFPE.

Nada de depositar confianças nas articulações parlamentares e eleitorais. Que as entidades sindicais e estudantis convoquem os comitês e assembleias presenciais. Que seja construída a Assembleia Geral Universitária, com estudantes, docentes e técnico-administrativos, com voto universal, para definir os rumos do movimento.

O ataque à educação é parte dos ataques mais gerais aos explorados, com o rebaixamento dos salários e renda, alta do custo de vida, demissões, destruição de direitos trabalhistas, privatizações da Eletrobrás, Petrobras, Correios, Metrô, etc. Que centrais, sindicatos e movimentos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, por empregos, salários, direitos e contra as privatizações.

Pelo fim da Guerra na Ucrânia! Abaixo a OTAN, suas bases militares e sanções econômicas! Em defesa da autodeterminação e integridade territorial ucraniana, fora as tropas russas!

Boletim Nossa Classe – junho**Política Operária - Em defesa de um salário mínimo vital e dos empregos**

Uma família, para sobreviver dignamente, necessita de um salário mínimo de R\$ 6.535,40. Esse é o cálculo do Dieese.

Milhões de famílias, que dependem de um salário mínimo de R\$ 1.212,00, mal podem comprar a comida. Gastam mais de 60% do salário mínimo para comprar a cesta-básica. Com a inflação elevada, os salários vêm perdendo valor. Milhões de trabalhadores subempregados ganham menos de um salário mínimo. Assim, avançam a miséria e a fome da maioria oprimida, submetida à violenta exploração capitalista do trabalho.

Para agravar essa situação, milhões sequer têm emprego. O fechamento de fábricas vem contribuindo para inchar o exército de desempregados. Neste momento, a direção do sindicato metalúrgico do ABC acabou de assinar um acordo com a Toyota, de encerramento das atividades da planta de São

Bernardo. O mesmo caminho está tomando o sindicato metalúrgico de São José dos Campos, no caso do fechamento da Caoa-Chery.

A Ford acabou com a sua produção no Brasil. Em seguida, a LG fechou uma de suas fábricas, em Taubaté.

Assim, cada vez mais falta trabalho para milhões. Cada vez mais, cresce o subemprego. E cada vez mais, a miséria e a fome tomam conta do país.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que os explorados se organizem coletivamente, por meio das assembleias, dos comitês de base e comissões de fábrica. Somente com um programa de reivindicações e a organização independente, é possível combater o desemprego, o salário mínimo de miséria, e a destruição de direitos trabalhistas.

Como enfrentar a pobreza, a miséria e a fome

O Boletim Nossa Classe vem até os trabalhadores defender a organização da luta contra o desemprego, os baixos salários, a miséria e a fome. Vamos nos unir e defender:

- 1) *por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora.*
- 2) *por um aumento geral dos salários para repor as perdas inflacionárias e a alta do custo de vida;*
- 3) *por emprego a todos com carteira assinada, a ser alcançado por meio da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os*

salários, ou seja, pela divisão das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho).

- 4) *Estatização sem indenização das fábricas fechadas, e controle operário da produção;*
- 5) *Que as centrais, sindicatos e movimentos iniciem imediatamente um movimento de defesa desse programa de reivindicações.*
- 6) *Que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações, visando à preparação da greve geral.*

A miséria e a fome são causadas pelo capitalismo

O aumento dos moradores de rua e a grave situação da Cracolândia, bem no centro de São Paulo, são mostras do quanto tem crescido a miséria e a fome. Chegou-se ao ponto da prefeitura de Sorocaba anunciar que faria uma “barreira humanitária”, para impedir que os desabrigados e vitimados pelas drogas se deslocassem para o município vizinho. De “humanitária”, essa medida repressiva não tem nada.

Em todas as grandes cidades do Brasil, cresce o ajuntamento de jovens, velhos, crianças e mulheres que perdem a moradia. Muitos são vítimas da desagregação familiar. É necessário ter claro que a causa dessa tragédia social se encontra na brutal exploração do trabalho, e no capitalismo que se desintegra, sob o impacto de crises econômicas constantes.

A classe operária deve rejeitar a acusação dos governantes

e da burguesia, de que os culpados são os próprios miseráveis, que são empurrados para viver nas mais difíceis condições de moradia nas favelas, ou então nas ruas.

O Boletim Nossa Classe entende que o ponto de partida da defesa operária está em se unir em torno a um programa de reivindicações, e fortalecimento da organização coletiva por meio da mobilização, sendo a greve um de seus instrumentos mais importantes. A luta contra a miséria e a fome se choca com o poder econômico e político da burguesia. Está aí por que a classe operária tem de vincular seu programa de reivindicações à luta pelo socialismo. Somente com o poder em suas mãos, a classe operária e os demais explorados poderão resolver o problema da pobreza, miséria e fome. Eis por que o Boletim Nossa Classe luta pela constituição de um governo operário e camponês, que será conquistado pela revolução proletária.

Denúncia de operárias e operários ao Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe recebeu a seguinte denúncia da fábrica CBC: nos vestiários, tinha bancos para os funcionários sentarem, no horário do almoço ou do jantar, mas o patrão resolveu tirar os bancos. Os seus porta-vozes, os “chefetes”, alegaram que o lugar de sentar, agora, é em uma praça dentro da fábrica. Como ela é aberta, quando

chove ou faz frio, os funcionários são obrigados a ficar no relento.

Esse é um dos exemplos de como o patrão exerce seu poder sobre os trabalhadores. É preciso que a direção do sindicato convoque a assembleia, para discutir e aprovar o retorno dos bancos no vestiário, se assim desejar a maioria dos operários.

Volkswagen - Denúncia dos operários: ditadura rola solta na ala 38

Operários da Volkswagen planta Anchieta enviaram uma denúncia dizendo que “O Senhor Claucitiano, mas conhecido como Tonhão, representante da Comissão de fábrica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, não satisfeito com sua violência praticada com as pessoas (fora da fábrica), que pensam diferente do Sindicato e do Partido dos Trabalhadores (PT), vem ameaçou trabalhadores da Ala 38 e quem sabe de outras alas, com palavras e até mesmo gestos de acertos de contas (bater no trabalhador fora da fábrica). Isso ocorreu quando lutávamos contra as demissões

dos sequelados. O que nos faz pensar que o Senhor Tonhão está sendo protegido pelo Sindicato, relações trabalhistas e recursos humanos. Estamos sabendo que houve várias denúncias contra o senhor Tonhão e nada foi feito contra ele. Fim do ditador já!!!!.”

O sindicato é muito importante. O problema são os pelegos que estão na sua direção. Devemos nos organizar, construir oposições de luta, independente, democrática e classista na Volks e demais fábricas, para resgatar o sindicato para a luta dos trabalhadores.

Denúncia dos trabalhadores dos Correios

Os trabalhadores dos Correios denunciaram que a situação de trabalho se tem agravado com a terceirização. Estão tendo de trabalhar muito mais por um baixo salário. A terceirização, de fato, vem tomando conta de toda atividade produtiva, de comércio e de serviços. Com a reforma trabalhista de Temer, e com o seu fortalecimento no governo Bolsonaro, a terceirização ganhou força. Os Correios estão na mira da privatização. A

terceirização é uma forma de acabar com os postos de trabalho concursados.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que as direções dos sindicatos deixem de fechar os olhos para a terceirização. É necessário lutar nacionalmente pela derrubada da reforma trabalhista e a lei da terceirização. E também reagir firmemente contra a privatização dos Correios.

Campanha do Boletim Nossa Classe

Pela organização de um movimento de oposição sindical classista

Nossos sindicatos estão controlados por direções corrompidas e submetidas às pressões dos patrões e dos governos. Essas direções praticam a política de colaboração de classes. Ou seja, não defendem as necessidades e interesses coletivos da classe operária. Diante das multinacionais, as direções se submeteram aos acordos de demissão, por meio do PDV, abandonaram as campanhas salariais de defesa do aumento real e dos direitos trabalhistas. Diante do fechamento de fábricas, essas direções aceitaram os malditos acordos de demissão de milhares de trabalhadores. Não foram capazes sequer de lutar contra a reforma trabalhista e a lei

da terceirização. E os capatazes das direções sindicais autoritárias perseguem os operários que despertam a consciência para a luta classista. Perseguem aqueles que fazem oposição à política de colaboração de classe. São muitos os motivos para que os trabalhadores se coloquem por formar oposições classistas.

O Boletim Nossa Classe chama os operários com consciência de classe a constituírem núcleos oposicionistas, que lutem por um programa classista, pela independência política do sindicato diante do patronato, e que estejam dispostos a organizar a luta coletiva.

Campanha do Boletim Nossa Classe pelo fim da guerra na Ucrânia

Os Estados Unidos tudo têm feito para prolongar a guerra. Quanto mais durar a confrontação militar, maior será a crise econômica que já atinge todo o mundo. Quem está pagando por essa barbárie são os trabalhadores, que arcam com o aumento do custo de vida.

O Boletim Nossa Classe continua com a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Inter-

nacional (CERQUI). Suas bandeiras são: fim imediato da guerra; desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa; revogação das sanções econômicas contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Chamamos as centrais e sindicatos e a todos os trabalhadores a lutarem sob essas bandeiras.

Atuação com o Boletim Nossa Classe no ato Caoa-Chery

O Boletim Nossa Classe foi distribuído no ato convocado pelo sindicato. E os militantes puderam ouvir o que pensam os operários demitidos com o fechamento da Caoa-Chery. Observou-se que todos pegaram o Boletim, e se mostraram receptivos com a proposta de ocupação e estatização da montadora, mas não sentiam força coletiva para colocá-la em prática.

Mais uma vez, a direção do sindicato organizou o ato, de tal forma em que os trabalhadores são apenas ouvintes. Assim, só há a posição da direção sindical, que comparece com um discurso radicalizado. Mas, o que se vê é que está impulsionando as negociações, por meio da Justiça do Trabalho, em torno às indenizações. Procura alimentar a ilusão em relação às reuniões, com a Câmara de Vereadores de Jacaré e com o governador do estado.

Na realidade, a “luta” contra o fechamento da montadora se resume aos valores da indenização. Não por acaso, alguns operários estavam indignados com a miséria de indenização oferecida pela Caoa-Chery, e comparavam com as indenizações da Ford e

LG, onde os valores foram bem maiores. Essa parcela, como se vê, já assimilou a política da direção do sindicato, de aceitar as demissões em troca de indenização, uma derrota sem uma verdadeira luta contra o fechamento da fábrica.

O ato se encerrou com o discurso dos dirigentes contra a montadora, que não aceitou a proposta do sindicato de layoff, e com o chamado para a continuidade de atos na porta da fábrica, juntamente com representantes de outras centrais e trabalhadores que estão em luta, como os da MWL, que estão em greve.

O trabalho dos militantes do POR tem sido o de penetrar as ideias e propostas em defesa dos empregos, que estão materializadas na bandeira de ocupação, estatização e controle operário da produção. E defender a unidade da classe operária, que se expressa na exigência de que as centrais e sindicatos façam urgentemente uma campanha nacional, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. ■

Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe, distribuído no ato

Em defesa dos empregos e dos salários - Não ao fechamento da Caoa-Chery!

Por sua estatização sem indenização e controle operário da produção

Construir um movimento local, regional e nacional contra as demissões

O Boletim Nossa Classe vem até os metalúrgicos da montadora Caoa-Chery se solidarizar com o movimento contrário ao fechamento da fábrica e as demissões. Lutamos firmemente contra o fechamento da Ford e da LG. Estamos

também lutando contra o fechamento da Toyota em São Bernardo do Campo. Em todas essas lutas, o Boletim Nossa Classe foi às fábricas, denunciar a destruição de milhares de postos de trabalho. E exigiu que os sindicatos das mais

diversas categorias e as centrais sindicais fizessem uma campanha local, regional e nacional pela estatização, sem indenização, das fábricas fechadas, que deveriam passar para o controle operário da produção.

Milhares de fábricas foram fechadas É preciso reagir com luta e união de toda classe operária

Durante a Pandemia, milhares de fábricas e negócios foram encerrados. No entanto, as direções sindicais e políticas não fizeram nada para evitar uma catástrofe tão grande para os trabalhadores e a economia do país.

O caso do fechamento da Ford mostrou o quanto grave tem sido a destruição de postos de trabalho, uma vez que a montadora norte-americana acabou com toda sua atividade empresarial no Brasil.

As multinacionais exploram o trabalhador brasileiro, rece-

bem subsídios do Estado, impõem acordos de flexibilização capitalista do trabalho, e têm as mãos livres para fechar ou transferir fábricas de um lado para outro. É bom lembrar que a Caoa-Chery procurou fazer negócios de compra da planta da Ford de São Bernardo. Agora, resolveu também fechar sua fábrica de Jacareí.

O fato de os sindicatos metalúrgicos se terem curvado diante da Ford, LG, Toyota, etc. causou um estrago ao movimento operário. Os acordos de demissão significam aceitar o fechamento da fábrica e a destruição dos postos de trabalho.

Lutemos verdadeiramente pelo não fechamento da Caoa-Chery

Na assembleia do dia 6, foi aprovada a proposta de lay-off, a ser iniciado 1º de junho. O sindicato pede a manutenção dos empregos até janeiro. Vamos supor que a Caoa-Chery aceite a proposta. O que acontecerá depois de janeiro? Tudo indica que apenas se protela o fechamento da fábrica, para se negociar um acordo de indenização. Isso ocorreu com a Ford e a LG. As negociações entre os sindicatos e as montadoras se prolongaram, para os trabalhadores se desanimarem e, finalmente, desacreditarem na luta contra o fechamento.

O Boletim Nossa Classe tem uma posição bem clara: organizar a luta verdadeiramente contra o fechamento de fábricas e as demissões. Trata-se da defesa da classe operária como um todo, e não apenas desta ou daquela fábrica que está sendo fechada. É preciso travar uma luta contra os lay-offs, banco de horas, PDVs e contra a destruição dos direitos trabalhistas. É preciso realizar verdadeiras campanhas salariais e aumento real de salários. As direções dos nossos sindicatos têm abandonado essa luta.

Assim, quando vem o fechamento de uma fábrica, os trabalhadores não estão preparados para reagir imediatamente. Ou seja, reagir com os seus meios próprios de luta, como a ocupação da fábrica, e a imposição do controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe defende:

1) que o sindicato lance uma campanha exigindo que as cen-

Em defesa dos empregos Não aos acordos de demissão

O Boletim Nossa Classe defendeu e fez uma campanha pela ocupação da fábrica, implantação do controle operário da produção, e estatização sem indenização da FORD, LG e Toyota.

É certo que ocupar a fábrica e exigir do governo a sua estatização resulta em uma luta dura e difícil. Mas não há outro caminho para manter a fábrica funcionando, os empregos e os salários. O caminho mais fácil é o de aceitar a decisão patronal, e o sindicato assinar um acordo de indenização. Esse caminho foi percorrido no caso da Ford e LG. A Toyota está indo em direção ao mesmo precipício, caso a direção sindical continue colaborando com um acordo de indenização. O mesmo pode ocorrer com nosso movimento na Caoa-Chery.

trais sindicais e movimentos saiam em defesa da luta contra o fechamento da Caoa-Chery;

- 2) que o sindicato discuta em assembleia a campanha pela estatização sem indenização. Que a assembleia discuta e decida sobre a ocupação da fábrica e o controle operário da produção;
- 3) que a assembleia constitua um comitê contra o fechamento e em defesa dos empregos. E que chame todos os sindicatos a formarem comitês de empregados e desempregados.

São Paulo

XIII Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de SJC e região

PSTU expulsa o POR do Congresso

O XIII do Sindmetal de São José dos Campos e região, filiado à CSP Conlutas, escancarou o burocratismo de sua direção. Logo no primeiro dia do Congresso, os dirigentes informaram aos delegados, e em seus materiais virtuais, a posição patronal da Caoa Chery, de Jacareí, de acatar uma decisão judicial de suspensão da demissão de 580 trabalhadores. Colocaram tal acontecimento como uma vitória. Essa colocação se chocou com a posição do Boletim Nossa Classe e do Jornal Massas, que estavam presentes no Congresso.

Assim, por um breve período de tempo, os militantes do POR puderam permanecer no local. No entanto, quando a direção tomou conhecimento dos boletins e jornais, expostos na banca do partido, ordenou que os militantes se retirassem do local do Congresso (Colônia de Férias do sindicato, em Caraguatatuba). Apesar dos questionamentos da militância em relação ao autoritarismo e ausência de democracia do sindicato, a militância não teve força para resistir e continuar com a divulgação dos materiais partidários.

É preciso lembrar que o Congresso era constituído de poucos delegados (89), vinculados à orientação política do PSTU/Conlutas. E se realizava no momento em que ocorria o fechamento da Caoa-Chery e as demissões na Avibras e MWL, fábricas da base do Sindmetal. O objetivo da direção do sindicato era a aprovação de sua política sindical, e de uma resolução referente às candidaturas do "Polo Socialista Revolucionário" (PSTU). Sobre o plano de lutas, demagogicamente, propunha "organizar a luta por empregos, direitos e um Brasil dos trabalhadores". Cabe também ressaltar que, no balanço do Congresso feito pela direção do Sindmetal, enfatizou-se a farsa de que "O Congresso cumpriu seu papel de dar voz aos trabalhadores, por meio dos delegados eleitos, e avançar em questões caras à categoria, como a democracia operária".

Os militantes do POR foram expulsos do Congresso porque já haviam denunciado a política da burocracia do sindicato, diante do fechamento de fábricas e dos acordos de indenização, o que

vinha provocando incômodo por parte da direção perante os operários nas assembleias e manifestações. Pôde, assim, aproveitar o Congresso, para colocar para fora do recinto as posições contrárias à da direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe e o jornal Massas traziam balanços das experiências recentes em torno às liminares, mostrando que não servem à defesa dos empregos. Isso por que a empresa apresenta recurso e a justiça burguesa volta a permitir as demissões. Foi assim na LG em Taubaté (2021), EMBRAER (2020), e foi assim na General Motors de São José dos Campos (2009) – bases do Sindmetal SJC. Criticavam a política dos acordos de indenização, tanto da CUT como da CSP-Conlutas.

A gota d'água foi o caso da Caoa Cherry. O Boletim Nossa Classe dizia que o Sindmetal SJC devia colocar-se por uma campanha nacional contra o fechamento das fábricas e privatizações, sem submeter o movimento à justiça burguesa. Exigia que as

Centrais Sindicais saíssem em defesa dos empregos e contra o fechamento de fábricas. Que se constituíssem os comitês de luta, unificando empregados e desempregados. E, fundamentalmente, trazia a bandeira da ocupação, estatização sem indenização e controle operário da produção.

A expulsão da militância porista do Congresso mostra o quanto a burocracia da CSP-Conlutas/PSTU assimilou os métodos da burocracia cutista. A democracia operária, propagada em suas resoluções, não passa de uma farsa. Não há democracia em seus Congressos. Os delegados são arregimentados para referendar a posição da direção do sindicato. Como não há oposição classista no Sindmetal, o PSTU age com qualquer burocrata sindical, expulsando seus opositores. O que coloca à vanguarda com consciência de classe a tarefa de constituir as oposições classistas e de luta, para que a democracia operária seja um princípio fundamental nos organismos dos trabalhadores. ■

Pernambuco

Que a direção do SINDSIFPE convoque urgentemente uma Assembleia Presencial do IFPE, para fortalecer a greve pela recomposição salarial e contra os cortes!

A direção do Sindsifpe convocou Assembleia geral, no formato híbrido, no campus Recife, para o dia 3 de junho, que se encerraria com um ato para divulgar o movimento grevista. Por causa dos problemas causados pelas chuvas, a direção conduziu a Assembleia pelo formato virtual. O espaço foi iniciado e se estendeu por 10 horas sob muita confusão: ataque da diretoria do campus Recife, que suspendeu as aulas e divulgou cancelamento da Assembleia; invasão à sala; inter rompimentos de falas e encaminhamentos – sob este cenário caótico, dispersivo e passivo, foi aprovado, por 63 a 54, que a seção não aderiria ao movimento nacional de greve.

A gestão iniciou com a denúncia ao diretor do campus Recife. Houve falas que defenderam que o espaço fosse de uma reunião para discussão da greve, mas a coordenação encaminhou o espaço como uma assembleia para referendar a greve, tendo como pauta: Informes dos comandos de greve dos campi; Greve Nacional pela recomposição salarial, contra os cortes à Educação e contra a PEC 32 (Reforma Administrativa); e, Encaminhamentos. Não foi encaminhada a proposta de não ser Assembleia, apenas se seria aquela pauta. A pauta foi aprovada. Os campi em greve deram seus informes, que expressavam a construção do movimento e necessidade de ações unificadas. Foi dado informe da representação da seção na reunião do comando de greve nacional. Além disso, diante das ameaças do corte de ponto pela Instrumentação Normativa (IN-54), houve informes da Advogada da seção, que apontou as brechas e inconstitucionalidades da IN, que prevê desconto e obriga a reposição de horas, sem citar acordo para esta reposição. Foi informado que a gestão do sindicato está tentando um acordo de reposição dos dias de greve com a Reitoria, para evitar o corte de salário dos grevistas, mas o Reitor se nega a assinar.

A direção do sindicato defendeu a greve, assim como alguns representantes de comando locais. Houve uma articulação dos contra greve na Assembleia, que questionaram e tentaram impedir a aprovação da pauta de reivindicação nacional, defendendo que devia ser simplificada, para defesa apenas do salário.

O POR interveio defendendo que o espaço fosse apenas de uma reunião para informes e discussão para o fortalecimento da greve unificada do IFPE. Foram dois anos de Pandemia, com passividade e atomização dos trabalhadores. Sob a política do isola-

mento social, as direções sindicais trouxeram para os trabalhadores os métodos virtuais de luta, danoso à organização coletiva e ativa. Por isso, avaliamos como um retrocesso a assembleia virtual do dia 3 de junho. Após rodadas de assembleias presenciais nos 16 campi, 9 deflagraram greve. E, no lugar de avançar no processo de organização do movimento com uma Assembleia Geral presencial dos servidores para construção da greve unificada, o movimento recuou, e a assembleia virtual só serviu para enfraquecer o movimento nos campi.

(...) no lugar de avançar no processo de organização do movimento com uma Assembleia Geral presencial dos servidores para construção da greve unificada, o movimento recuou, e a assembleia virtual só serviu para enfraquecer o movimento nos campi.

Mesmo se a decisão fosse de aprovação da greve pela seção, a utilização da Assembleia virtual ainda seria um retrocesso para o movimento. Sob os métodos virtuais, as ações ficam individualizadas e as ações necessárias para pressionar pelas reivindicações são impossibilitadas, como a necessidade dos piquetes, para garantir a greve e atos massivos de rua.

A direção tem responsabilidade na regressão do movimento. É urgente a necessidade de convocação de uma Assembleia presencial, que expresse os trabalhadores em luta. Há disposição de greve no IFPE, estamos com nossos salários corroídos, o governo anunciou um novo corte, que precarizará ainda mais as condições de trabalho e estudo nos IFs. O discurso de defesa da manutenção da greve nos campi, respeitando sua autonomia, não servirá para fortalecer a greve dos servidores do IFPE. Por isso, não há tempo para recuar, a direção do sindicato precisa cumprir seu papel, e articular o fortalecimento do conjunto dos trabalhadores, não podemos aceitar termos nosso movimento enterrado por um método que não representa a necessidade da ação ativa.

Nacionalmente, apesar das direções nacionais terem boicotado o início da greve utilizando-se do FONASEFE, estão em

greve: 12 seções do SINASEFE; UFPA e IFRS – pelo ANDES-SN; e, UFMG, UFVJM e CEFET/MG – pela FASUBRA. É urgente fortalecermos e construirmos a greve para arrancar a recomposição salarial, lutar contra os cortes e a PEC 32. Para isso, é necessário superar a desorganização e passividade impostos pela política burguesa do isolamento social, que facilita as ameaças e ataques dos governos. Abaixo os métodos virtuais de luta, que nos mantêm passivos! Construir uma greve forte, para arrancar do

governo a recomposição salarial! Abaixo aos cortes à Educação do Governo! Abaixo a Reforma Administrativa! Em defesa da estabilidade e dos direitos dos servidores públicos! Abaixo a IN 54 – pelo direito irrestrito de greve, organização e manifestação política dos trabalhadores!

Responder ao aumento do custo de vida: Que as centrais e sindicatos convoquem um dia Nacional de lutas, em defesa dos empregos, salários e direitos! ■

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária no Conselho Estadual e na Assembleia

No dia 3 de junho, a direção da Apeesp convocou a reunião do Conselho e a Assembleia. O objetivo não era aprovar a retomada nas ruas contra as medidas dos governantes. Era o de impulsionar os “Comitês de Lutas”, que se destinam à campanha pela eleição de Lula para presidente da República, Haddad, para governador de São Paulo, e as candidaturas de sindicalistas para deputados estadual e federal, centrada na reeleição da presidente da Apeoesp, Maria Isabel, para deputada estadual. Assim, a diretoria trouxe pronto um calendário de atividades, que excluía a convocação de nova assembleia até setembro. O primeiro ponto do calendário, envolvendo os meses de junho e julho, se refere à organização dos “comitês sindicais de luta”, a serem criados em todas as subseções da Apeoesp do estado. Uma das tarefas desse “comitê” é aprovar uma plataforma com as reivindicações para ser enviada aos candidatos.

A Corrente Proletária se opôs a esse calendário eleitoral. Defendeu a convocação de uma assembleia, antes do recesso escolar, tendo em vista a ofensiva do governo na implantação das escolas de tempo integral (PEIs), na “adesão” dos professores ao novo Plano de Carreira, na recusa em repor as perdas salariais e na manutenção do confisco salarial dos aposentados. Propôs que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em função da eliminação de postos de trabalho (fechamento de fábricas), das altas taxas de desemprego e subemprego, da elevação do custo de vida, da privatização da Eletrobras e pelo fim da guerra na Ucrânia.

No entanto, a maioria das correntes que intervém no Conselho votou contra a proposta da Corrente Proletária, e apoiou o calendário de caça votos do PT. A única proposta que foi aceita pela direção da Apeoesp foi a do Dia Nacional de Lutas.

Apesar de concordar formalmente no Conselho, procurou dar outro conteúdo no seu informe sobre a assembleia, publicado no Boletim. Eis: *A Apeoesp atuará junto às centrais sindicais pela convocação de um dia nacional de lutas contra o desemprego, carestia, miséria, em defesa da classe trabalhadora e contra a guerra*”.

A assembleia, que ocorreu no período da tarde, a burocracia aproveitou as condições climáticas (chuva) e a baixa presença de professores para referendar o que havia sido aprovado no Conselho. Como se vê, primeiro aprovou-se na diretoria (colegiada), em seguida, levou ao Conselho para referendar e, por fim, na assembleia, anunciou a decisão já tomada anteriormente. A Corrente Proletária interveio questionando essa conduta burocrática e retomou a defesa de suas propostas. ■

Publicamos abaixo alguns pontos do Boletim da Corrente Proletária, distribuído no Conselho e na assembleia.

O Boletim trouxe em destaque a campanha do POR, sob o título:

“Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, por um reajuste salarial a todos os trabalhadores; por empregos e direitos trabalhistas”.

Eis a nota:

A Apeoesp, um dos maiores sindicatos, tem a obrigação de se posicionar sobre a terrível situação que vem passando a maioria dos trabalhadores. As medidas dos governantes e dos capitalistas têm marcado duramente as condições de existência de milhões de brasileiros. O custo de vida se tornou insuportável, os salários têm perdendo cada vez mais o seu poder de compra, os capitalistas não têm concedido sequer a correção da inflação oficial, o fechamento de fábricas (Ford, LG, Toyota, Caa-Chery, principalmente) destrói milhares de postos de trabalho, e as privatizações de empresas estratégicas não param, a exemplo, agora, da Eletrobras. O Congresso Nacional está diante da PEC- 206, que institui a cobrança de mensalidade nas universidades públicas; e do PL, que regulamenta a prática da educação domiciliar no Brasil (homeschooling). Portanto, dois profundos ataques à educação. Por outro lado, o governador de São Paulo se recusa a conceder o reajuste de 33,24%, e retirar o confisco salarial dos aposentados. Há que também destacar o

avanço da fome e miséria, a situação de barbárie social de mais de 30 mil moradores de rua, o agravamento da violência policial nas favelas e sobre a juventude pobre, particularmente negra, e as consequências da guerra na Ucrânia sobre a economia brasileira.

Essa breve descrição exige que as direções sindicais e políticas se coloquem verdadeiramente em defesa da vida dos explorados. Que deixem de submeter os sindicatos à disputa eleitoral. E que utilizem os organismos dos trabalhadores unicamente para a luta por suas reivindicações vitais.

A Corrente Proletária defende que o Conselho de Representantes e a Assembleia aprovem a convocação imediata de um Dia Nacional de Lutas, com paralisação e bloqueios. Somente a luta direta, nas ruas, será possível enfrentar esses brutais ataques dos governantes e dos capitalistas.

Diante da guerra, a Corrente Proletária vem defendendo as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI): 1) fim da guerra; 2) desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa; 3) Revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia; 4) Autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Nesse sentido, propõe que as direções sindicais organizem as manifestações contra a guerra.

Outro ponto do Boletim foi sobre a violência no interior das escolas e o descontentamento dos professores diante das medidas do governo. Conclui, mostrando que a responsabilidade pela violência e pelo fracasso dos “projetos educacionais” é

inteiramente do governo. No entanto, não basta denunciar o descaso dos governantes. A indignação e o descontentamento individual dos professores e funcionários não modificarão essa penosa realidade. A violência e a indisciplina não serão contidas com a repressão, expulsão, Conselho Tutelar e a polícia. A força dos trabalhadores e estudantes está na ação coletiva e na luta direta nas ruas. É preciso combater a raiz do problema, que se encontra na decomposição do capitalismo. O que implica defender o emprego, o salário e as conquistas trabalhistas. Defender o direito à educação pública em todos os níveis e contra o ensino privado. Defender que nenhum jovem esteja fora do trabalho e das escolas. A luta pelas reivindicações dos trabalhadores e dos estudantes permitirá der-

rotar os planos privatistas dos governantes e as medidas dos capitalistas de descarregar a crise econômica sobre a maioria trabalhadora.

Por fim, denuncia a farsa dos “Comitês sindicais de luta”, que vem sendo criados nos sindicatos. Mostra que os verdadeiros comitês nascem da luta dos trabalhadores por suas reivindicações. São erguidos nos locais de trabalho e nos bairros, visando a unificar os explorados para enfrentar, com seus próprios métodos, os capitalistas e seus governantes.

A Corrente Proletária rejeita os Comitês eleitorais. Defende a independência de classe do sindicato. Rejeita o método de conduzir o movimento dos professores para o terreno da disputa eleitoral.

São Paulo – Litoral Norte

A Corrente Proletária divulgou seu Boletim criticando a conduta autoritária da direção de impor as câmeras nas salas de aula da Escola Maria Ester. Chama os professores e conselheiros a se posicionarem contra isso, e em defesa da liberdade de cátedra. Publicamos abaixo um resumo do Boletim.

Implementação de câmeras nas salas de aula da EE Maria Ester

Conselheiros, votem “NÃO” ao monitoramento das salas de aulas! Em defesa das liberdades democráticas! Que o governo reduza o número de alunos nas salas de aulas, abrindo mais salas e construindo novas escolas!

Diante do anúncio da Direção da escola, de que irá implementar o sistema de monitoramento das salas de aulas com câmeras filmadoras, a Corrente Proletária na Educação se opõe à conduta da Direção, que pisoteia a democracia escolar, ao chamar a reunião do Conselho de Escola apenas para tentar referendar uma decisão. Reivindica um amplo debate entre os estudantes, pais, professores e funcionários sobre essa decisão e os problemas oriundos da imposição dos projetos educacionais do governo.

O Boletim inicia com a pergunta: para que serve a implantação de câmeras nas escolas? Diz que a câmera na sala de aula, como medida disciplinar, é inútil. Os sistemas de segurança não servem para barrar o aumento da violência e da barbárie. Só contribuem para o argumento

de que a violência é fruto de uma atitude individual, e não social. O problema da indisciplina está ligado a questões estruturais, como a falta de recursos, salas superlotadas, ausência de oferta de vagas em escolas nos bairros onde os estudantes moram, etc. A implantação das câmeras está em consonância com a política dos governos, que é de destruição da escola pública, e não de melhoria desta, como falsamente propagandeiam. Mais ainda. Serve para impor o controle sobre o trabalho dos professores, uma via para materializar o plano bolsonarista da “Escola sem Partido”.

O Boletim denuncia a ofensiva do governo de São Paulo, durante a Pandemia, impondo as Escolas de Tempo Integral (PEIs), que provocam fechamento do curso noturno e superlotam as de ensi-

no regular; o famigerado “Inova”, que criou a sétima aula, ampliando o tempo dos adolescentes dentro de uma escola sem qualquer infraestrutura; e os profundos ataques aos professores, por meio do “novo plano de carreira”, mantendo o arrocho salarial e dificultando a contratação de professores com menos de 19 aulas. Medidas como essas provocaram descontentamento entre os professores e indisciplina por parte dos estudantes. Diante dessa trágica situação, a direção da escola recorre a mais uma medida administrativa: implantação das câmeras de monitoramento nas salas de aula.

Assim, o Boletim critica a falsa solução da direção da escola, e chama a comunidade escolar para discutir os graves problemas, que têm como responsáveis os governantes. ■

Rondônia – Porto Velho

Burocracia sindical quebra a disposição de luta dos professores

No final de maio, após sair o contracheque, os professores do município de Porto Velho perceberam a manobra do prefeito sobre o “Piso” salarial. A manobra aconteceu porque o prefeito usou o percentual como complemento no salário de cada professor, sem respeitar o tempo de serviço de cada um. Isso gerou revolta na categoria, o que obrigou a burocracia sindical a chamar imediatamente uma assembleia.

Os professores responderam prontamente e mostraram disposição de ir à greve. No entanto, as direções manobram, como de costume, despejando água gelada na fervera. Usaram os longos discursos, desencorajando a luta direta, e apresentando como solução o voto nas eleições. Não faltou na assembleia, o burocrata eleitoreiro que responsabilizou a situação pelo fato dos trabalha-

dores não voltarem “certo”. Por fim, apresentou a proposta de duas paralisações, uma no dia 3 de junho e outra em 8 junho.

A paralisação no dia 3 foi bem expressiva. A burocracia novamente conseguiu enganar os professores, com a proposta de uma reunião com três secretários, para que, no dia 8, mediante a resposta, fosse tomada alguma decisão. Diante do lengalenga das direções sindicais, os professores não compareceram massivamente no dia 8. Nesse dia, os burocratas traidores se limitaram a dizer que o presidente da Câmara de Vereadores se havia comprometido em agendar uma reunião com o prefeito para resolver o impasse. Sem abrir a palavra para os professores que se opunham, os dirigentes do Sintero colocaram em votação o pedido de aguardar até o dia 15. Como se vê, os burocratas vão manobrando até os

professores não verem mais sentido da greve.

Durante todo esse período, a Corrente Proletária vem intervindo em favor da unidade dos servidores públicos. Trabalhou pela vitória da greve dos técnicos da educação, criticando a conduta traidora dos sindicatos em isolar o movimento. Vem

combatendo a conduta das direções sindicais de conduzir o movimento para as disputas eleitorais. E se tem esforçado em reunir a vanguarda para combater a burocratização dos sindicatos e fazer desses organismos dos trabalhadores instrumentos da luta direta. ■

São Paulo – Mauá

Empresas terceirizadas continuam dando calote nos trabalhadores

Trabalhar pelo fim da terceirização, defendendo a efetivação pelo estado de todos os terceirizados

No ano passado, centenas de funcionários terceirizados, que trabalharam por mais de 5 anos (em sua maioria, mulheres) para a empresa Destak, prestadora de serviços de limpeza nas escolas estaduais dos municípios de Mauá e Ribeirão Pires, foram demitidos, recebendo apenas notificação de encerramento de contrato. Os direitos de rescisão contratual, FGTS e seguro-desemprego não foram pagos. A resposta da empresa foi que cada trabalhador procurasse a Justiça.

Diante dessa situação, os militantes da Corrente Proletária iniciaram a organização desses terceirizados. Foram feitas várias reuniões e atos nas diretorias de ensino e Secretaria da Educação. Como é o governo quem contrata as empresas terceirizadas, a responsabilidade é inteiramente sua pelo calote dessas empre-

sas. No entanto, o governo tem lavado as mãos. Assim, a Corrente Proletária recorreu ao jurídico do sindicato dos professores (Apeoesp), que disponibilizou um advogado para acompanhar os demitidos e cobrar o pagamento dos direitos trabalhistas. O fato é que, até o momento, os terceirizados receberam apenas o seguro-desemprego e o FGTS.

Essa situação de não cumprimento dos direitos trabalhistas pelas empresas terceirizadas não se limita a alguns municípios. Ao contrário, vem ocorrendo em várias regiões da capital, onde os serviços das escolas foram terceirizados. O governo e os prefeitos, ao invés de contratarem mais funcionários, têm terceirizado. Aproveitaram a reforma trabalhista de Temer, a terceirização e os cortes de recursos à educação (PEC do teto dos gastos) para expandir

a terceirização. E os resultados são cruéis. As empresas terceirizadas adentram nas escolas, pagam salários miseráveis, superexploram os trabalhadores, e demitem sem pagar os direitos.

Por outro lado, as direções sindicais ignoram esse contingente de trabalhadores, que está diariamente nas escolas. A Afuse (sindicato dos funcionários) não move uma palha, justificando que os terceirizados têm outro sindicato. A Apeoesp, quando pressionada, se limita a colocar advogado para dar assistência jurídica.

A Corrente Proletária vem insistindo na necessidade de organização dos terceirizados. E tem feito uma campanha para que o governo efetive todos os terceirizados, e coloque fim nessas máquinas de superexploração, que são as empresas terceirizadas. ■

Rio de Janeiro

Ato contra o assassinato de Genivaldo

O Ato do dia 28, contra o assassinato de Genivaldo, no Rio de Janeiro, foi em frente ao Monumento de Zumbi, no centro da cidade. Era esperado um grande movimento das massas, porque na mesma semana havia ocorrido a chacina na Vila Cruzeiro, uma comunidade localizada na zona norte. Mas, não foi o que ocorreu. Não só porque o ato foi divulgado no dia anterior, como também por ter sido convocado para um sábado de manhã. Contou com a vanguarda dos partidos e movimentos, como Coalizão Negra por Direitos, MNU, PT, PSOL, MRT e POR.

As falas durante o ato explicaram o fato. Apesar de algumas aparentarem uma radicalização, sendo até mencionada a expressão “guerra ao capital”, a maioria terminava dizendo que a solução seria a saída de Bolsonaro, e a luta deveria ser nas urnas, para que isso acontecesse. O Quilombo Vermelho (do MRT) foi a única

corrente, além do POR, a lembrar das perdas que o povo preto sofreu durante o governo PT. A Coalizão Negra, após uma dessas falas, respondeu, dizendo que era por isso que “vamos eleger os nossos”, se referindo às suas candidaturas negras. Vale lembrar que essa organização lançou o projeto “Quilombo no Parlamento”, dia 6 de junho, com a ideia de ampliar a representação negra no parlamento burguês.

O POR atuou com um manifesto por conta da chacina na Vila Cruzeiro, e com intervenção no ato, onde fizemos a denúncia da violência policial, e o chamado para a luta com os métodos próprios do proletariado. Também denunciou o oportunismo eleitoral dos partidos, que iludem as massas, dizendo que a barbárie terá fim com a troca de um governo burguês por outro. ■

Rio Grande do Norte - Natal

Ato pela Justiça por Genivaldo

Em Natal, o ato por justiça pelo brutal assassinato de Genivaldo ocorreu em frente à superintendência da Polícia Rodoviária Federal, em 30 de maio, organizado pelos movimentos negros, como Enegrecer e Unegro. Compareceram também os mandatos petistas de Brisa e de Natália Bonavides, além do Juntos (PSOL) e MLB (UP), entre outras representações de movimentos sociais e por direitos humanos. Já era esperado que essas entidades se colocassem por “debater uma política de segurança pública”, como foi o caso do PT, bem como por

uma “polícia cidadã”, no sentido da desmilitarização do braço armado do Estado burguês. Não podia deixar de faltar também o caráter eleitoral no voto em Lula. Uma militante do Juntos (PSOL) disse que a candidatura de Lula é importante, só que não se restringe a ela, mas sim em “defender a democracia”, repetindo a propalada justificativa nas eleições de 2018, na disputa entre Bolsonaro e Haddad.

Chamou a atenção o fato de os superintendentes da PRF terem aceitado o convite da direção do ato, para que recebessem uma

carta, assinada por grande parte das representações presentes, que foi lida no momento em que eles compareceram, já próximo ao fim do ato. O texto, de conteúdo reformista, estava recheado de generalidades sobre a situação de opressão aos negros no Brasil, teve tom melancólico e de “esperança”. Entre as reivindicações estava a exigência de haver formação especializada aos policiais

para lidar com a população negra no país, no sentido de tentar disciplinar a polícia.

O POR, em sua fala, fez a constatação de que o assassinato de Genivaldo é um crime de classe e, por isso, é preciso organizar os explorados em torno da luta de classes, para combater a burguesia, principal responsável pelo assassinato de Genivaldo.

Pronunciamento do POR

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Gostaria de começar dizendo que esse assassinato brutal de Genivaldo é um crime de classe. E por que é um crime de classe? Porque foi o braço armado da classe burguesa que executou brutalmente o Genivaldo, entre tantos outros que tombaram. Isso significa dizer que o combate precisa ser organizado por meio da luta unitária da maioria oprimida, os explorados dessa classe burguesa.

Além da constatação que o assassinato de Genivaldo é um crime de classe, é preciso dizer que esse crime é o reflexo

da desintegração do capitalismo, da barbárie social. Cada vez mais, agudiza a polarização entre uma minoria extremamente rica e uma imensa maioria pobre e miserável. Diante dessa situação, a classe burguesa, pela sua sobrevivência como classe dominante, usa autoritariamente as instituições do Estado, entre elas a polícia, seu braço armado, para reprimir as manifestações, e assassinar a juventude pobre e negra. Assim, fazer um ato contra o assassinato de Genivaldo é fazer a defesa da vida da maioria da população, que é preta.

O POR tem lutado para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas. O que implica lutar contra os governos fascistas e a burguesia. A luta contra os assassinatos da polícia aos negros pobres é parte desse combate. Repetimos que o fim dos assassinatos não virá com a promessa de uma “polícia cidadã”, e muito menos com as eleições. Virá com a luta de classe para pôr fim o capitalismo em decomposição. ■

Campanha “Quilombo no Parlamento”, da Coalizão Negra por Direitos

Neste mês de junho, a Coalizão lançou-se de vez no eleitoralismo. Para isso, criou a campanha “Quilombo no Parlamento”. Além da clara contradição nos termos, ressalta mais uma etapa na trajetória desta organização, que desde sua origem ainda não conheceu a independência de classe, tampouco os métodos próprios do proletariado, que no Brasil é composto de maioria negra.

Não existe nada velado. A Coalizão apresenta a Campanha, identificando uma carência de representação negra no parlamento burguês, e se propõe a resolver essa falta por essa aliança de candidaturas de pretos e pretas, a partir dos partidos: PT, PSOL, PCdoB, PDT, PSB e REDE. Como se vê, vão desde o reformismo do PSOL aos partidos francamente burgueses, apoiadores do golpe de 2016, como a REDE.

O identitarismo e corporativismo são dois traços distintivos da Coalizão, e a cada ação isso fica mais claro. No lançamento da Campanha, uma integrante da Coalizão declarou: “O Brasil precisa de lideranças negras do movimento negro em lugares de poder, para que possamos falar e agir em nosso próprio nome”. Demonstrou, assim, esses dois traços em uma única frase.

O identitarismo é uma tendência idealista dentro do movimento social. Defende que é a identidade, e não a classe, a força

social que pode trazer mudanças. Assim, o que importa são as características pessoais, ser preto, ser mulher, ser indígena etc. Os mais avançados reconhecem a existência da classe, mas com um papel secundário. O corporativismo descola a luta dos negros da luta dos demais explorados, e defende que só os negros podem lutar pelas necessidades dos negros.

No mesmo lançamento, outro representante comemorou que essa ação acontece no momento em que faz 40 anos da primeira eleição de Benedita da Silva. Fato curioso, já que a mesma Benedita recentemente votou a favor do perdão da dívida de R\$ 1 bilhão para as igrejas. Aí se vê o beco sem saída a que o identitarismo e corporativismo pretendem levar as massas negras exploradas.

A política revolucionária defende que os problemas das massas negras não podem ser resolvidos à margem dos problemas das massas em geral. Devemos rechaçar a política burguesa da Coalizão Negra. É preciso unir pretos e brancos explorados na luta por suas necessidades mais elementares, os empregos, os salários, os direitos trabalhistas, contra a fome e a miséria. É por aí que passa a revolta dos oprimidos, e é nessa luta que as massas formarão seus próprios organismos de luta com métodos próprios, sem ilusões eleitorais. ■

São Paulo – Francisco Morato

Combater as ilusões eleitorais

Impulsionar a luta direta pelas reivindicações dos moradores pobres

Desde o início do movimento contra a cobrança da taxa do lixo, no mês de março, o POR tem defendido a organização independente dos moradores. Mostrou a importância da constituição dos comitês de luta nos bairros, visando a aglutinar a população pobre para ganhar as ruas. No entanto, os organizadores do movimento, como o PSOL, alimentaram ilusões na Justiça. O que fez o movimento a refluir e o prefeito continuar a descontar a taxa do lixo na conta de água.

No dia 7 de junho, ocorreu uma reunião organizativa

presencialmente. Os informes dos responsáveis apontaram para intransigência da justiça, que declarou a justeza da cobrança da taxa do lixo. O POR interveio, retomando suas propostas de unidade dos moradores, não só contra a taxa do lixo, mas também pelas reivindicações vitais para os bairros pobres. Uma das moradoras tomou a palavra para criticar o alto preço das passagens dos transportes coletivos e da falta de saúde pública.

O fundamental dessa reunião foi apontar a necessidade

de organização independente. Não confiar nas eleições, mas sim nos métodos próprios de luta. Sob a direção dos partidos eleitores, não será possível organizar a luta pelas reivindicações dos moradores pobres. Daí a importância da constituição dos comitês de luta nos bairros, sob a direção de uma vanguarda classista. ■

Rio Grande do Sul

Após ameaças de empresários gaúchos, Fux (STF) cancela palestra em Bento Gonçalves (RS)

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux cancelou palestra que proferiria em Bento Gonçalves, município da Serra Gaúcha, a região mais rica do estado do Rio Grande do Sul, após virem a público as ameaças à segurança do magistrado por parte de empresários da região.

A palestra, que aconteceria no dia 3 de junho, era promovida pelo Centro de Indústria e Comércio do município, mas, algumas empresas patrocinadoras como a Sicredi e a Saif, retiraram seu apoio ao evento, e se manifestaram nas redes sociais contrários à presença do ministro no município. O diretor das SAIF, Roni Kussler publicou no facebook que “Eu, pessoalmente, não dou a credibilidade da minha presença em uma palestra dele. Já conversamos com a presidência do CIC e logo em seguida vai estar esclarecendo o ocorrido. Já solicitamos o cancelamento da vinda dele à entidade”

Os organizadores falam de problemas genéricos de segurança – trânsito incontrollável de operários para montagem da Exposição, que ocorrerá a partir de 9 de junho na cidade –, para justificar o cancelamento, mas a própria imprensa burguesa especula que haveria riscos bem maiores. O jornal Zero Hora, de 25 de maio, per-

gunta: “Que risco correria Fux no Rio Grande do Sul”, “Risco de vaia? De uma chuva de ovos ou tomate como já se viu em outros tempos, em diferentes Estados? Ou de algo mais grave, como um atentado?”.

Segundo o jornalista do Zero Hora, Moisés Mendes, “É um vexame para Bento, que está no centro da indústria pesada gaúcha. Essa é a rica região da Randon, da Marcopolo, dos vinhos da Aurora. Bento é a terra de Renato Portaluppi, a mais bolsonarista das celebridades do futebol”. E ainda acrescentou “O roteiro é de dar inveja a militantes da Ku Klux Klan, porque nem no Texas os supremacistas americanos se atreveriam a ameaçar o presidente da Suprema Corte”.

O deputado federal bolsonarista Bibó Nunes (PL-RS) comemorou o cancelamento do evento nas redes sociais. Ele disse que o STF “nunca foi tão desprezado como nos dias atuais”. “É a reação pelas ações”, escreveu.

A truculência dos empresários, ou seja, da burguesia gaúcha – e não apenas de milicianos ou lumpens bolsonaristas – reflete o clima criado pelo próprio presidente contra a Suprema Corte, como estratégia para arregimentar apoio a um eventual golpe militar. E a reação scandalizada, de

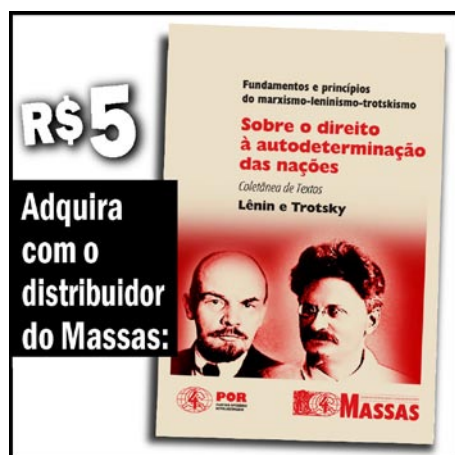
parte da imprensa burguesa e de outros magistrados do estado, faz a defesa da “democracia” contra a “intolerância”.

No entanto, não será com defesa da democracia que a prepotência da burguesia será contida. A democracia foi a que permitiu o golpe contra Dilma, colocou Temer no comando do Estado e elegeu Bolsonaro, da mesma forma que permitiu a ascensão de Hitler ao poder. Somente uma revolução, que arranque a propriedade privada dos meios de produção das mãos da burguesia e a substitua pela propriedade social pode derrotá-los.

A violência dos empresários gaúchos reflete a profunda crise econômica e política do regime no Brasil. As recentes quebras de safras, devido à estiagem e os enormes prejuízos, no quadro de aprofundamento da crise geral nos mercados internacionais e seu agravamento pela guerra na Ucrânia, tornam esses setores mais agressivos ainda, na defesa dos seus interesses de classe. Além disso, a perspectiva de derrota do Bolsonaro nas próximas eleições também é um elemento que mobiliza essa burguesia, no sentido de afirmar a sua força e já colocar uma faca no pescoço do próximo governo burguês. ■

Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil – Junho

O Boletim faz a denúncia dos ataques dos governos à Educação e a campanha pelo Fim da Guerra na Ucrânia. Três notas se dedicam a denunciar e chamar o combate a medidas governamentais:



Primeiro, denuncia os cortes de verbas no orçamento, que afetam diretamente a Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, etc. Sob o pretexto de “congelar” esses recursos, o governo torna ainda mais difícil o funcionamento básico das universidades e institutos federais, assim como hospitais e serviços de saúde. Mostra que esse ataque corresponde à necessidade de o governo sustentar o parasitismo financeiro, à custa desses ataques que afetam os que estudam e trabalham. E aponta a necessidade de lutar nas ruas contra essas medidas.

Segundo, denuncia a provação na Câmara dos Deputados do ensino em casa, o tal do Homeschooling. Trata-se de um brutal ataque à educação, isolando o estudante do ambiente escolar. Também mostra que será usado somente pela classe média alta e burguesia, que terão as condições de

aplicá-lo, enquanto a escola pública continua em seu processo de sucateamento. E que não se trata de esperar pelo parlamento (Senado) que revogue a medida, mas de organizar a luta geral contra ela.

Terceiro, denuncia a PEC 206, que trata da cobrança de mensalidades no ensino superior público. Essa medida, embora tenha sido adiada sua votação, concretiza um velho plano dos capitalistas e de seus governos, que é o de atacar ainda mais profundamente o ensino gratuito no país. Somente a luta unitária com os explorados de fora da universidade poderá garantir a defesa real desse direito, que deveria ser de todos os estudantes. O que só vai acontecer quando acabar todo o ensino privado, que deve ser estatizado sem indenização, e colocado sob controle de quem estuda e trabalha. ■

Pernambuco

Já são 129 mortes em Pernambuco, após fortes chuvas

Desde que divulgamos o manifesto do POR sobre as chuvas e mortes em Pernambuco, em 01 de junho, os números de vítimas cresceu, e ainda continua a se ampliar. Já são 129 mortos, contando com o caso mais recente, o adolescente Lucas Daniel, de 13 anos, no deslizamento de barreira no dia 7 de junho, no Alto Santa Terezinha, na Zona Norte do Recife. A denúncia feita pelo marceneiro Elizario da Silva, avô de Lucas Daniel, cuja casa foi destruída pelo desabamento, mostra como os pobres vão sendo jogados para as áreas de risco:

“Não há necessidade de alguém morar pendurado em barreira no nosso país. (...) Eu nasci ali na rua do Sesi de Água Fria, mas a gente era pobre, e foi sendo empurrado, o rico tomando conta de tudo. O mundo está na mão do rico, e o pobre, miserável, morando nas barreiras”.

Entre os mortos, estão de recém-nascidos a idosos. Estão trabalhadores terceirizados da UFPE, rodoviários, mecânicos, jardineiros, o que evidencia a raiz da tragédia nos baixos salá-

rios, e miséria a que a classe operária e demais explorados estão submetidos.

A previsão meteorológica para junho ainda é de fortes chuvas, e nada indica que novas mortes serão impedidas. Em Pernambuco, já há mais de 61.500 desalojados, e quase dez mil desabrigados.

Moradores e movimentos por moradia têm realizado protestos, bloqueando rodovias e bairros, alertando para áreas ameaçadas por novos deslizamentos, exigindo políticas de habitação e outras ações por parte da prefeitura e governo do estado. A defesa da formação dos comitês de bairro e assembleias, e a centralização das lutas em uma só campanha por empregos, salários e direitos, mostra-se urgente. Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, e avance na construção da greve geral.

Publicamos abaixo o Manifesto da Campanha do POR

CHUVAS EM PERNAMBUCO

Burguesia e seu Estado são responsáveis pelas 106 mortes, 16 desaparecidos e mais de 6 mil desabrigados.

Raiz é a brutal exploração da força de trabalho, concentração da riqueza e miséria das massas.

As mortes, desabamentos de barreiras e alagamentos com as chuvas, sobretudo na região metropolitana do Recife (RMR), escancararam a barbárie social e a incapacidade dos governantes de enfrentá-la. Entra ano, sai ano, e a burguesia e seus agentes no poder do Estado nada fazem para resolver os problemas de infraestrutura e moradia dos oprimidos. Meses atrás, vimos as consequências das chuvas, atingindo o sul da Bahia e Petrópolis. Moradores da RMR sabiam que sua tragédia estava programada para o inverno, mas não contaram com suas direções, para se organizarem com independência de classe, e exigirem as condições necessárias de vida, com emprego, salário, moradia e saneamento.

Desde o fim de 2021, são mais de 520 mortes por temporais, no Brasil, contando as de Pernambuco. Somente em Petrópolis-RJ, foram 256 mortes. A culpa não é da natureza e, muito menos, dos próprios moradores. Ninguém escolhe morar em área de risco, em área sem saneamento, onde, quando a água sobe, se junta com o esgoto, os ratos e o lixo. A raiz do problema é social, está na brutal exploração do trabalho, na concentração da riqueza em poucas mãos. Quem tem condição financeira pode se abrigar em segurança e conforto. Os apartamentos e casas de alto padrão na beira dos rios não tiveram nenhum morto entre seus habitantes. As mortes se concentram nas favelas e morros, nos bairros operários.

As respostas dos governos são cada vez mais limitadas. Ao mesmo tempo, os efeitos da destruição da natureza, que acompanha o modo de produção capitalista, trazem novas ameaças. Segundo o relatório do Painel Intergovernamental das mudan-

ças climáticas da ONU, Recife é a capital brasileira que será mais afetada pelas mudanças climáticas e avanço do nível do mar. A capital pernambucana consta entre as 16 cidades mais ameaçadas do mundo, não apenas por estar ao nível do mar, mas também por sua desigualdade social extrema. Não por acaso, é a capital mais desigual do país. Não faltam estudos sobre os problemas de urbanização do Recife, nem mesmo formas de mitigar alguns de seus efeitos. Porém, a burguesia é uma classe esgotada historicamente, não tem como garantir emprego e salário que garantam as necessidades vitais da maioria oprimida. E não vai aplicar a avançada ciência para salvar a vida das massas.

Entre as ações “preventivas” dos governos municipais, estaduais e federal, que não chegam a todos, estão: lonas nas barreiras; muros de arrimo; auxílio moradia no valor de R\$ 200,00, para os miseráveis buscarem outra casa, e cadastrarem-se à espera de construção de casas populares. Assim, apesar de todo o avanço tecnológico aplicados à engenharia e arquitetura, o que os capitalistas têm a oferecer aos explorados são medidas que mantêm a maioria sob o medo do desabamento e um auxílio aluguel de miséria, o que obriga as famílias a permanecerem nas casas, por não terem para onde ir.

Em 2010, houve uma enchente na mata sul, que atingiu algumas cidades da região. O governo prometeu cinco barragens para conter as águas dos rios, e abastecer os centros urbanos. A população ainda enfrenta o problema da falta de água. Das barragens prometidas, o governo concluiu apenas uma, em 2017. Ou seja, permanecem as enchentes e a falta de água.

De 2013 a 2021, houve uma queda brusca nos investimentos habitacionais da Prefeitura de Recife, de R\$ 14,4 milhões, para R\$ 61,9 mil. Além disso, caíram também os gastos com urbanização de áreas de risco, em relação aos gastos totais. A prefeitura gastou, nos últimos nove anos, R\$ 452 milhões para recapear e tapar buracos, enquanto destinou, para urbanização de áreas de risco, apenas R\$ 152,5 milhões. Gastou-se mais com propaganda (R\$ 142 milhões), nos últimos três anos, do que com áreas de risco (R\$ 84,8 milhões).

O peso da decomposição do sistema capitalista está sendo descarregado integralmente sobre a costas da maioria explorada. São os explorados que sofrem os efeitos das chuvas, são os que arcam com mais mortes e sequelas pela Pandemia, são os que amargam com o desemprego e as aplicações da reforma trabalhista, que feriu direitos e salário, e da Previdência, que dificulta a aposentadoria, aumentando o tempo de exploração. Para piorar, é a classe operária e demais oprimidos que estão pagando pelas sanções da guerra na Ucrânia, com elevação dos preços de alimentos, combustíveis, água e energia. Neste quadro de destruição da economia mundial, as famílias atingidas pelas chuvas terão ainda mais dificuldades de refazer a vida, após o desastre das chuvas. O que vai exigir uma luta unitária das massas em defesa das condições de vida, emprego, salário, direito, moradia, saúde e educação.

Defender os desabrigados com independência de classe – Nenhuma ilusão na burguesia e seus governos

A burguesia, sua imprensa e os órgãos do governo apelam pela solidariedade e doações para “amenizar” o sofrimento das famílias desabrigadas. Mas, não cumprem as obras necessárias para evitar que as chuvas continuem castigando os oprimidos. As centrais, sindicatos e movimentos, assim como fizeram na Pandemia, no lugar de organizar a luta em defesa das condições de moradia, que é parte da defesa dos empregos e salários, são arrastados pelas campanhas assistencialistas – apontam como “medida emergencial”, mas foram incapazes de convocar plenárias unificadas, e organizar os explorados

As centrais, sindicatos e movimentos, assim como fizeram na Pandemia, no lugar de organizar a luta em defesa das condições de moradia, que é parte da defesa dos empregos e salários, são arrastados pelas campanhas assistencialistas – apontam como “medida emergencial”, mas foram incapazes de convocar plenárias unificadas, e organizar os explorados para a luta em defesa de um plano emergencial, que expresse independência política e organizativa em relação aos governantes e à burguesia.

para a luta em defesa de um plano emergencial, que expresse independência política e organizativa em relação aos governantes e à burguesia.

As correntes e os governos aproveitam deste momento para impulsionar a disputa eleitoral. Reformistas têm exaltado as ações passadas das prefeituras do PT. Assim, iludem a maioria, sob as promessas de resolver a situação das mudanças climáticas e o avanço das enchentes nos marcos do capitalismo, com gestão e políticas públicas. Candidatos do PCB fazem coro às soluções gerenciais, reforçando as ilusões democráticas. Bolsonaro visitou Recife, alagada e atingidas pelas mortes, para discursar sobre o seu “auxílio emergencial” e “Auxílio Brasil”, que não passam de esmolas. Não escondeu seu objetivo eleitoral. Não podemos confiar na solução dos problemas da falta de saneamento básico e estrutura dos bairros pobres trocando um governo burguês por outro. Já está mais do que provado que virão todos os tipos de promessa, mas, no final, os governos só trabalham para garantir os interesses da burguesia, uma minoria que sobrevive parasitando sobre o aumento da exploração do trabalho da maioria oprimida.

Por enquanto, as prefeituras e governo do estado cedem as escolas, mas para onde vão os 6 mil desabrigados quando pararem as chuvas? O que garantirá às famílias terem de volta suas casas? Ao passar o período caótico, as famílias precisarão desocupar as escolas e espaços cedidos como abrigos provisórios, os governos municipais e estaduais fazem cadastros, prometendo a construção de casas – os moradores reclamam, que preenchem cadastros que não servem de nada, pois, esses projetos atendem a uma ínfima minoria, sobretudo a que tem condição de pagar as parcelas. A imprensa burguesa vai parar de falar do saldo de desabrigados, até que chegue o próximo inverno chuvoso. Assim, estas famílias serão obrigadas a voltar às áreas de risco, ou a somar o quadro crescente de moradores de rua, que, pelos dados do CENSO SUAS, só de 2012 a março de 2020, cresceu 139% – com a Pandemia e avanço do desemprego, este número certamente aumentou significativamente. Por isso, as bandeiras dos sindicatos, centrais, movimentos sociais e lideranças de bairro devem ser de moradia, emprego e salário, que atendam

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



todas as necessidades de uma família.

Defendemos, emergencialmente, a ocupação de imóveis fechados e hotéis, para acomodar os desabrigados. Exigimos obras públicas, para reformar imóveis desocupados, voltados à especulação imobiliária, urbanizar os bairros operários, e construir moradias populares. Não faltam braços dispostos ao trabalho. Não falta coisa para limpar, construir e fazer a manutenção. Que a riqueza produzida pelos trabalhadores seja utilizada em nosso próprio proveito, para garantir moradia digna, e não para sustentar o luxo dos patrões.

O caminho da luta em defesa dos salários, empregos e direitos está sendo mostrado pelos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que lutam contra as demissões, pelos salários e direitos políticos de organização independente. É preciso relacionar os ataques aos salários aos crimes da burguesia que condenam à morte a maioria, que mal consegue ter uma casa para morar, e, quando consegue, é nas regiões esquecidas pelos governos, sujeitas a todo tipo de alteração climática.

Diante disso, que as centrais sindicais e sindicatos defendam urgentemente a vida dos desabrigados, vinculando às reivindicações gerais dos explorados, sem nenhuma ilusão em promessas da burguesia e seus governos. Que mostrem aos afetados pelas chuvas e aos demais explorados o caminho da organização e levantes coletivos. Que convoquem as plenárias

Exigimos obras públicas, para reformar imóveis desocupados, voltados à especulação imobiliária, urbanizar os bairros operários, e construir moradias populares.

unificadas. Que constituam os comitês de luta. Que levistem as reivindicações, que vão além dos dias de calamidades sentidas pelas chuvas. **Que convoquem e construam um dia nacional de lutas, com paralisação geral das fábricas, escolas, serviços públicos – sob a unidade de empregados, desempregados e estudantes – que os explorados tomem as ruas, sob as bandeiras de: moradia, empregos, salários e direitos.**

Nota do Partido Operário Revolucionário (POR)

Em defesa de PCO e das liberdades democráticas

O bloqueio das contas de PCO nas redes sociais pelo ministro do STF Alexandre de Moraes constitui abuso de autoridade e um ataque às liberdades democráticas. O motivo alegado de Fake News não passa de uma invenção.

PCO denunciou corretamente as arbitrariedades do ministro, de usar o expediente das fake news para violar o direito de livre expressão, que, como tal, não discrimina se o pensamento é de direita, ultradireita ou de esquerda. A vasta utilização de notícias falsas (fake news) nas redes sociais é própria da política burguesa em decomposição. Mentir, difamar, tramar, etc. sempre foram manifestações intrínsecas à ideologia e à política dominantes.

As mentiras e falsificações se enfrentam com a verdade, que é material, concreta, sensível e prática. Somente o proletariado, com sua ideologia e política de classe revolucionária, pode combater, apoiando-se em seus métodos próprios de luta, qualquer tipo de mentira e falsificação.

Nenhuma instituição do Estado capitalista tem como ser guardiã da verdade e das liberdades democráticas, uma vez que sua função é a de exercer a ditadura de classe da minoria

burguesa sobre a maioria explorada. Não se tem liberdade de expressão quando não se tem liberdade de greve.

Nesse exato momento, os metalúrgicos da CSN enfrentam a dura repressão patronal. Sua Comissão de Base e os operários mais combativos foram demitidos por reivindicarem aumento salarial e se valerem da greve. A tendência é da burguesia e seu Estado recrudescerem a perseguição aos partidos que se reivindicam da revolução social e do socialismo.

As direções sindicais se têm acomodado à lei discricionária de greve, cujo direito real de realização está na base das liberdades democráticas. Podemos dar um passo à frente na luta pelo direito irrestrito de organização e expressão, se todas as forças que reivindicam das liberdades democráticas reagirem a essa ofensiva reacionária do STF contra PCO.

O ataque do ministro Alexandre de Moraes a PCO é parte de problema maior da luta geral da classe operária pelos direitos políticos dos explorados e de sua vanguarda. O Partido Operário Revolucionário se coloca pela imediata revogação da arbitrária punição a PCO.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração* - Três meses de guerra na Ucrânia
- **Argentina:** O governo defende os monopólios, os agroexportadores, os banqueiros e os latifundiários ...
- **Bolívia:** O reformismo de conteúdo burguês e a direita tradicional se alternam no poder e fracassam sem conseguir satisfazer as necessidades da imensa maioria insatisfeita .
- **Notas:** *Chile* - Boric reafirma a política militarista da burguesia contra os Mapuche / *Colômbia* - As massas terão de enfrentar o novo governo burguês que surgiu do segundo turno.
- **Lênin:** Finlândia e Rússia.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**Declaração do CERQUI****7 de junho de 2022****Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional**

Três meses de guerra na Ucrânia

Destruição, mortes e agravamento da crise mundial. Para conquistar a paz, é preciso pôr fim à presença da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa.

A decisão dos Estados Unidos de entregarem ao governo da Ucrânia armas ainda mais potentes agravará as condições da guerra. O imperialismo age no sentido de que está colocada a derrota da Rússia. Embora nada indique, por enquanto, essa possibilidade, tal objetivo tão-somente corresponde ao cálculo dos estrategistas do Pentágono de prolongar ao máximo possível o confronto militar.

A utilização de mísseis Hirmars hipersônico, de longo alcance e precisão, pelas Forças Armadas ucranianas, exigirá da Rússia uma resposta mais ampla, destrutiva e letal. De nada importa a promessa dos Estados Unidos de que o governo da Ucrânia se comprometeu a não estender a guerra para além de suas fronteiras. O fundamental está em que o novo armamento impulsionará a escalada do confronto, da destruição e das mortes. Esse é o caminho para ultrapassar os marcos em que se desenvolve a ofensiva russa para controlar Donbass e a respectiva resistência ucraniana.

Está claro que o Pentágono pretende usar a Ucrânia como laboratório para o Hirmars da Lockheed Martin Missile, cujo custo é de US\$ 5,6 milhões. Para gastos tão elevados, Biden conta com US\$ 33 bilhões. O ostensivo intervencionismo do imperialismo norte-americano em defesa do ingresso da Ucrânia à OTAN foi o principal fator que levou Putin a decidir pela invasão militar, em 24 de fevereiro.

Não se tinha, no momento, a dimensão que tomaria a guerra. Mas, logo se observou que seria longa, destruidora e sangrenta. As tropas russas não apenas enfrentariam um país débil econômico e militarmente - guardadas as devidas proporções -, mas também enfrentariam uma ampla aliança imperialista, sob a direção dos Estados Unidos e de seu braço armado na Europa, a OTAN. Putin e o comando geral das Forças Armadas não podiam se valer da máxima capacidade destrutivas – não nos referimos às armas atômicas – para impor uma rápida vitória.

Os limites políticos de uma guerra são dados pela situação mundial e pelas condições das forças em confronto. A ex-URSS e, em seguida, a Rússia acumularam duras experiências de guerra, a do Afeganistão (1979-1989) e a da Chechênia (1991-1996). Um fato

está em os Estados Unidos promoverem a destruição e matança no Iraque; outro, seria a Rússia fazer o mesmo na Ucrânia.

A aliança imperialista armou um cerco político em todo o mundo, e, principalmente, na Europa, para estreitar a ação militar das Forças Armadas da Rússia. Mesmo assim, o governo Zelenski e a aliança norte-americana fizeram um estardalhaço sobre uma suposta execução massiva de prisioneiros pelos soldados russos – suposta porque não foi comprovada. A campanha política, para condenar a Rússia e livrar os Estados Unidos, potências europeias e o governo títere da Ucrânia da responsabilidade sobre os conflitos que confluíram para a guerra, foi montada por toda uma estrutura de Estados ocidentais, para alcançar todas as latitudes do mundo.

A propaganda política em dimensões gigantescas serviu de cortina de fumaça não apenas para apresentar o imperialismo como amante da paz, dos direitos humanos e da independência da Ucrânia contra a tirania russa, mas também para justificar o envio de armas e de recursos financeiros ao governo Zelenski, bem como para justificar as medidas de sanções à Rússia, até então desconhecidas por sua amplitude e por suas consequências deletérias à economia russa e mundial. A exigência do governo Putin, no fundo, consistia em limitar o cerco da OTAN, que se fortaleceria com a inclusão da Ucrânia e atentaria contra a segurança da Rússia, isso depois de ter violado todos os acordos de que a OTAN não se estenderia além da Alemanha. Tratava-se de uma questão antiga, que vinha desde a “Guerra Fria”, e que tomou proporções cada vez maiores com a desintegração da URSS, as tendências centrífugas que resultaram em rompimento da unidade das nacionalidades e o avanço da restauração capitalista.

As forças econômicas do imperialismo, valendo-se do fracasso da política do “socialismo em um só país” e da “coexistência pacífica” com o imperialismo, tiveram um papel decisivo no processo regressivo das transformações revolucionárias, iniciadas com a Revolução de Outubro de 1917. Seus interesses somente poderiam prosperar, após a Segunda Guerra, com a liquidação da URSS, levada a cabo pela própria burocracia herdeira do es-

talismo, dividida, corrompida e completamente decomposta. Eis por que agravou em escala impensável a opressão nacional sofrida pelas inúmeras nacionalidades. A constituição de novas fronteiras nacionais na Eurásia, antes coberta pela unidade, ainda que golpeada pela burocratização e pela centralização autoritária do Kremlin, facilitou enormemente a penetração das forças econômico-militares, impulsionadas pelos Estados Unidos e União Europeia, sob a guarda da OTAN.

O imperialismo foi ganhando terreno paulatinamente, a começar pela assimilação da Alemanha Oriental, pela reintegração das ex-repúblicas populares do Centro e Leste Europeu e das ex-repúblicas soviéticas do Báltico. A intervenção da Rússia no conflito separatista na ex-república soviética da Geórgia evidenciou as tendências mais gerais de confrontos alimentados pela projeção das forças imperialistas na Eurásia. Tendências essas que se manifestaram na crise ucraniana em 2014, e que acabaram dando lugar à atual guerra.

Desde a crise mundial dos anos de 1970, os Estados Unidos se viram na contingência de apertar o cerco à URSS. A OTAN se mostrou fundamental para a consecução desse objetivo. Desde esse momento, a guerra comercial se potenciou, motivada pelo esgotamento da partilha do mundo estabelecida no fim da segunda conflagração mundial. As forças produtivas, reconstruídas sob a chefia dos Estados Unidos, passaram a se chocar com as relações capitalistas de produção, como já havia ocorrido na eclosão da Primeira Guerra Mundial.

As potências europeias retardaram o quanto puderam a ofensiva norte-americana para submeter a Ucrânia à OTAN. A desintegração da URSS havia aberto caminho para os seus capitais, acordos comerciais e, sobretudo, garantia de abastecimento de petróleo e gás a um preço competitivo. A Alemanha foi uma das nações ganhadoras. As potências europeias acreditavam que não havia motivo para colocar a Rússia contra a parede, valendo-se da OTAN. Diante da progressão no terreno econômico, aberto pelo processo de restauração capitalista e desmantelamento da URSS, entendiam que não exigia uma franca ofensiva militar, a não ser por parte da Inglaterra, que perdeu projeção mundial e se tornou uma ponta de lança dos Estados Unidos na Europa.

Os três anos de acirrada crise mundial, de 2007 a 2009, nas condições de emergência da China como potência econômica, colocaram em um patamar mais elevado a guerra comercial. Os dois flancos dos choques de interesses econômicos se concentraram precisamente na China e na Rússia. Ambos se ergueram em contraposição ao capitalismo mundial e ao domínio norte-americano sobre a base das revoluções proletárias. E ambos adentraram ao processo de restauração capitalista, adaptando-se às pressões do mercado e do sistema financeiro mundiais. Enquanto os interesses do imperialismo, em particular os dos Estados Unidos, foram em certa medida atendidos, se manteve a máscara da convivência pacífica, dos interesses mútuos e da ordem global multipolar. Isso quando avançava-se com suas bases militares no mundo. Sua própria crise, decomposição e desintegração econômica abriram o curso da transformação da guerra comercial e guerras militares.

A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, em 2003, assinalou uma mudança significativa na ordem mundial. A intervenção no Afeganistão (2001) já havia indicado as profundas tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo norte-americano. Mesmo assim, a China e a Rússia se colocaram por detrás do imperialismo, sob a justificativa de combater o terrorismo islâmico. Não tardou para que esse alinhamento se mostrasse conjuntural e insustentável. Os Estados Unidos, ao se tornarem o epicentro da crise mundial, recrudesceram a guerra comercial e o intervencio-

nismo militar. As multinacionais e o capital financeiro necessitam romper o controle da Rússia sobre uma parcela significativa dos recursos naturais, principalmente a do petróleo e gás. O que vem resultando em disputa territorial, que envolve as ex-repúblicas soviéticas.

É nesse marco de agravamento da crise mundial e da violenta guerra comercial que se chegou à guerra da Ucrânia. E que se potenciam as tendências bélicas em torno à China, envolvendo Taiwan e Hong Kong. Biden justifica o envio de armamentos mais avançados ao governo de Zelenski, afirmando que não pretende capacitar a Ucrânia para atacar além de suas fronteiras. E que não quer “prolongar a guerra apenas para fazer a Rússia sofrer”. Essa farsa não tem como ocultar que os Estados Unidos usaram e vêm usando a Ucrânia como bucha de canhão para seus objetivos expansionistas na Eurásia. As pressões para que a Finlândia e a Suécia se incorporem à OTAN em plena guerra são mais um fator de que o cerco à Rússia vai continuar avançado, independente do acordo que possa vir a ser feito. É do interesse explícito dos Estados Unidos o prolongamento da guerra. O que vem causando críticas e fissuras no interior dos Estados Unidos e da aliança europeia. Os poderosos reflexos da guerra na crise econômica mundial, que mal convalescia dos impactos da crise sanitária, se fazem sentir globalmente. A perspectiva é da retomada da recessão, tendo à frente os próprios Estados Unidos. As massas são as que arcam com o maior peso do desemprego, da alta do custo de vida e da desvalorização da força de trabalho.

O problema está em que a classe operária europeia e mundial não despertou para o significado mais profundo da guerra da Ucrânia, que corresponde às tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo, responsável pelas duas guerras mundiais. Essa dormência reflete a grave crise de direção, que tomou forma com a degeneração estalinista do Estado Operário, liquidação da III Internacional, avanço do processo de restauração capitalista e desmoronamento da URSS.

Agora, os explorados se deparam com o empobrecimento e miserabilidade. Cresce a necessidade de se defenderem coletivamente, com suas reivindicações, método de luta e organização independente. Tem muita importância revelar ao proletariado e à maioria oprimida a responsabilidade dos Estados Unidos e sua aliança pela guerra e por seu prolongamento, sem se descuidar de condenar a opressão nacional exercida pela Rússia restauracionista sobre as ex-repúblicas soviéticas.

O CERQUI vem fazendo uma campanha sistemática pelo fim da guerra, sob um conjunto de bandeiras interligadas: desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação de todas as sanções contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Afirmou e afirma que somente a classe operária unida pode derrotar a bárbara ofensiva do imperialismo, pôr abaixo a política servil do governo oligarca de Zelenski, conquistar a autodeterminação da Ucrânia e combater toda forma de opressão nacional exercida pela Rússia.

Diante da política norte-americana de prolongar a guerra e da determinação do governo russo de controlar parte do território ucraniano pela força das armas, não é possível se chegar a uma paz que afaste os perigos do cerco à OTAN à Rússia e que assegure a integralidade territorial da Ucrânia, como expressão do direito à autodeterminação da nação oprimida.

O CERQUI chama a classe operária e à vanguarda com consciência de classe a lutarem contra o prolongamento da guerra, e por uma Paz sem o imperialismo e a OTAN. Pela unidade da classe operária europeia e mundial sob a estratégia da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Argentina

O governo defende os monopólios alimentícios, os agroexportadores, os banqueiros e os latifundiários contra a maioria mais pobre

A subida imparável dos preços, desde há muitos meses, que destroça os ingressos populares, debilita o governo, cada dia mais impotente e incapaz de resolver esta dramática questão. Crescem as mobilizações por reajuste de salários e pagamentos, para recompor o poder aquisitivo, que se dissolve.

É evidente a nula disposição do governo de mexer minimamente com os interesses do poder econômico superconcentrado, enquanto a imensa maioria empobrece.

Propõem incrementar as retenções (impostos) às exportações. Será suficiente esta medida? Além de ser rejeitada pelos empresários, o que nos interessa é saber que efeito real pode ter essa medida sobre os preços. Já sabemos que os empresários pretendem receber pela venda dos seus produtos, no mercado local, o mesmo que recebem exportando-os, e não querem apenas que se incrementem as retenções, mas que sejam completamente abolidas.

O trigo tem retenção de 12%, ao ser

aumento das retenções.

Estamos falando do pão de cada dia, da fome que cresce, da situação de extrema vulnerabilidade da maioria das famílias, e o governo não tem coragem de meter as mãos nos bolsos de uma centena de empresários e latifundiários que recebem lucros extraordinários.

Esta miséria política retrata o governo, que é de uma covardia e cinismo insuportáveis. Dizendo aos gritos que “governam para os mais pobres e necessitados”, “que se importam com a fome” para, imediatamente a seguir, se declararem impotentes diante da oposição que domina o Congresso, e diante desse setor super privilegiado da sociedade.

Além disso, mente. O governo não precisa de uma Lei para aumentar as retenções, uma vez que, para a Constituição, não são um imposto. O Código Alfandegário autoriza o governo a estabelecer retenções a produtos de consumo, eliminá-las ou modificá-las, com a finalidade de estabilizar os preços, e manter a oferta no mercado interno. O Tribunal Fiscal ratificou recentemente a vigência destas medidas. Por que mente? Para encobrir a sua covardia, sua subordinação incondicional aos mais poderosos.

Em mais de 30 países, exportadores de matérias primas, já se estão tomando medidas urgentes, proibindo a exportação, aumentando as retenções, aplicando o racionamento de alimentos, como resposta à terrível crise alimentícia que se vive no mundo, provocando um imparável aumento dos preços e problemas de abastecimento. Em nosso país, se privilegia o lucro, a renda de uns poucos. Somente a intervenção das massas com seus próprios métodos, com sua organização, com sua política, poderá impor uma política em defesa própria.

Que dizem as direções dos sindicatos e as organizações de desempregados? Estão prostrados diante dos grandes capitalistas, paralisados, porque tampouco querem entrar em choque com eles.

Que medidas se poderiam tomar? O estado estabelece o preço e compra toda a produção. Conhecendo qual é o consumo interno anual de trigo, somente se exportaria o excedente, garantindo a provisão dos 6 ou 7 milhões de toneladas anuais, a um preço determinado em pesos. E, dessa maneira, se poderia assegurar qual será o preço durante todo o ano para a indústria, e proceder do mesmo modo com todos os outros produtos exportáveis.

Nestes dias, voltou a se falar sobre como conter os preços daqueles produtos alimentícios que se exportam, afetados pelo forte crescimento dos preços internacionais, que geram enormes lucros inesperados para os setores mais concentrados do agronegócio.

Nos círculos governamentais, se discute a necessidade de conter esses preços, “desacoplá-los” dos preços internacionais, para não impactarem nos preços internos.

exportado. Suponhamos que se eleve a 23%, que era o que estava em vigor nos últimos anos do governo da Cristina Kirchner, ou seja, 11% a mais. O preço que recebe o exportador teria uma redução nesse percentual, que seria mínimo, em relação ao aumento que houve nos últimos meses, e continuam subindo, em função dos preços internacionais, e continuarão subindo. Não “desacoplar” o preço local do internacional, somente tiraria um percentual que não resolve a inflação, somente se o atenuaria no primeiro mês de aplicação da medida. O preço do trigo aumentou mais de 100%, nos últimos 10 meses, e continuará aumentando.

O renunciante responsável pelo Comércio, Feletti, só propunha incrementar 3% as retenções!

Porém, sequer isso o governo está disposto a fazer. O presidente, que ameaçava aumentar as retenções, disse imediatamente que o Congresso não aprovaria, e por isso sequer faria essa proposta. Imediatamente os ministros confirmaram que não haveria nenhum



Que medidas se poderiam tomar? O estado estabelece o preço e compra toda a produção. Conhecendo qual é o consumo interno anual de trigo, somente se exportaria o excedente, garantindo a provisão dos 6 ou 7 milhões de toneladas anuais, a um preço determinado em pesos. E, dessa maneira, se poderia assegurar qual será o preço durante todo o ano para a indústria, e proceder do mesmo modo com todos os outros produtos exportáveis.

Para uma resolução tão simples, faz falta um governo que represente o interesse da maioria oprimida. Um governo de outra classe, da classe operária, que estatize o comércio exterior e fixe claramente quanto e para quem se exportará, receba a totalidade das divisas que gera a exportação, dessa forma, se assegure o ingresso da totalidade do dinheiro, porque se saberá quantas toneladas se venderam. Nenhum governo burguês é capaz de tomar esta medida de defesa da soberania nacional e em defesa do direito a nos alimentarmos como pessoas.

A luta pela estatização do comércio exterior está intimamente vinculada à luta pela estatização do sistema bancário e à expropriação dos latifúndios. Tarefas que só podem ser levadas a cabo pela classe operária, dirigindo a maioria oprimida, tomando o poder em suas mãos, e nunca por um governo burguês, seja do setor que seja, disposto a nos matar de fome, antes que enfiar as mãos nos bolsos do parasita capitalista.

O governo, antes de mais nada, garante o reconhecimento da fraudulenta dívida, seu pagamento e a aplicação de todas as medidas de ajustamento impostas pelo FMI. Antes de tudo, garante o negócio dos banqueiros, elevando as taxas de juros, e tomando dívidas monumentais. Garante o interesse das empresas de serviços, ajustando as tarifas.

Permite o reajuste permanente dos combustíveis ... Assim é a política de ajustes intermináveis contra nossas condições de vida.

Unificar o movimento operário sob a bandeira do salário mínimo igual ao custo da cesta básica familiar

A inflação se apresenta como o principal problema que afeta os oprimidos e, como consequência das negociações dos acordos coletivos, o terreno onde se expressa o descontentamento. Nas últimas semanas, anunciaram-se diversas medidas, rechaçando a oferta empresarial. Especialistas falam de um incremento da atividade industrial no último período, contudo, isto não se reflete no bolso dos trabalhadores. Esta semana, a plenária dos trabalhadores químicos defendeu medidas de força, caso as câmaras empresariais não melhorem a oferta salarial. Ao fechamento desta edição, o SUTNA (Sindicato Único de Trabalhadores em Pneus Argentino) defende um plano de lutas contra a oferta patronal de 66%, oferecido pelas câmaras empresariais. Os companheiros exigem o pagamento de 200% aos fins de semana, um reajuste que tenha como piso a inflação. Neste sentido, se destacam os metalúrgicos de *Tierra del Fuego* que, ao fechamento deste artigo, receberam uma oferta de 65%, após realizar uma greve por tempo indeterminado. A greve foi respondida com demissões massivas nas empresas eletrônicas. Após a conciliação obrigatória, as empresas ofereceram 65%, superando o que foi acordado pelo sindicato nacional em 20 pontos.

Números que foram anunciados como grandes acordos o mês passado, hoje aparecem como acordos miseráveis. Entre os quais se destacam os 54% fechado pelo SOIVA (Sindicato de Ope-

rários da Indústria do Vidro da República Argentina), os 45% fechado pela UOM (União Operária Metalúrgica), os 40% assinado pelos trabalhadores plásticos, entre outros. Assim, setores do sindicalismo expressaram seu disciplinamento ao pacto social proposto pelo governo.

A inflação aparece como um dos principais fatores da crise política, que se expressa nas fissuras da *Frente de Todos*. Por isso, encontramos setores dentro da própria *Frente de Todos* que superaram os 60%, impondo uma nova referência, como é o caso dos bancários. Nesta mesma linha, encontramos a antecipação das cotas do salário mínimo e a defesa de revisão do salário mínimo, que tenha como piso os 60% conquistados por outros setores "kirchneristas".

O nacionalismo se mostrou incapaz de conter o aumento de preços. As frações em disputa não defendem políticas que vão ao fundo. A política nacionalista para o salário se recusa a tirar os pés do prato, chamam a lutar por "acordos coletivos acima da inflação" e, no máximo, defendem o incremento das retenções. Não querem mexer com a propriedade privada.

A política proletária é o oposto desta política, não são acordos coletivos acima da inflação. Nossa referência é o custo da cesta básica familiar, hoje em \$173.000, e defendemos a luta por um salário mínimo que a cubra. Para frear o aumento de preços, é fundamental impor o monopólio do comércio exterior e a expropriação da oligarquia latifundiária. Somente controlando as molas da economia, planejando a produção, poderemos garantir que todos os trabalhadores ganhem como mínimo o que custa a cesta básica familiar. A luta pelo salário põe sobre a mesa a necessidade da revolução proletária.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Nova
Coleção
Editorial**

Bolívia

O reformismo de conteúdo burguês e a direita tradicional se alternam no poder e fracassam sem conseguir satisfazer as necessidades da imensa maioria insatisfeita

Prof. Miguel Lora Ortuño

Diante da situação de grande mal-estar social sem uma saída revolucionária, pressionados pela pressão do mal-estar social, alternam-se no poder político, governos reformistas com expressões democratizantes, e governos francamente pró-imperialistas da velha direita. Os reformistas que inicialmente proclamam posturas anti-imperialistas para embriagar as massas famintas, que desesperadamente precisam de pão, trabalho, estabilidade social, saúde e educação, rapidamente se esgotam, ao não poder satisfazer as necessidades das massas, e por aplicar uma política francamente burguesa, ao proteger os interesses da classe dominante nativa e do imperialismo, descarregando sobre as costas das massas o peso da crise. Assim, o fracasso da política reformista abre o caminho à direita recalcitrante, que igualmente se esgota muito rapidamente.

Não se trata somente de um fenômeno nacional, mas sim de uma experiência que está sendo vivida em outros países do continente e do mundo. Na Argentina, Brasil, Chile, Peru, etc. para não ir muito longe, em pouco tempo, esta alternância no poder entre o reformismo e a ultradireita, ao fracassar no objetivo de superar os efeitos da crise econômica, deixam um rastro de frustração das massas.

Experiência que novamente se repete, como se fosse um círculo vicioso, porque as massas voltam a ser arrastadas nas eleições, para recolocar no poder os fracassados da véspera.

Esta frustração repetida da política burguesa em todas as suas tentativas de resolver os problemas gerados pela crise econômica confirma plenamente uma das teses fundamentais do marxismo-leninismo-trotskismo, que o diferencia radicalmente do resto das expressões políticas do reformismo. O programa revolucionário parte do fato de que, nesta altura do desenvolvimento do capitalismo, que está vivendo seus últimos espasmos de vida, já não é possível conseguir o desenvolvimento dos países da periferia semicolonial no marco do capitalismo, bem como não é possível resolver os problemas gerados pela crise capitalista, sem afetar os interesses da força de trabalho e das maiorias oprimidas do país. A burguesia nativa e a imperialista somente podem encontrar a sua tábua de salvação condenando a grande maioria da população ao tormento da fome e da superexploração.

A explicação desta limitação das ações das massas, que ficam no marco do democratismo burguês sem poder romper com o reformismo, para se projetar para uma saída francamente

revolucionária, que consiste em acabar com o Estado burguês corrupto e incapaz, é a ausência política do proletariado como a direção da nação oprimida. Esta ausência, no entanto, não significa que a política revolucionária não exista, forjada programaticamente no processo anterior de grande ascenso das massas até 1971, cuja expressão máxima foi a Assembleia Popular, onde o proletariado esteve a ponto de tomar o poder e construir o seu próprio Estado de operários e camponeses. Esta resposta programática está presente no Partido Operário Revolucionário, que defende, junto com as seções trotskistas do CERQUI, converter a IV Internacional no partido mundial do proletariado. Este trabalho na Bolívia, durante a presente conjuntura, encontra o obstáculo que o proletariado não conseguiu se recuperar de sua derrota política que ocorreu em 1971, e dura até o presente momento. O proletariado mineiro, vanguarda dos assalariados do país, não conseguiu superar seu vergonhoso papel de colaborar com os governos de plantão, para satisfazer as necessidades conjunturais do setor, esquecendo de que os outros explorados e oprimidos do país estão vivendo as consequências da ausência da luta política proletária, e estão lutando sem perspectiva nenhuma.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Colômbia – eleições presidenciais

As massas terão de enfrentar o novo governo burguês que surgir do segundo turno

No domingo, 19 de junho, acontece o segundo turno das eleições presidenciais. Gustavo Petro (40,34% dos votos) enfrentará o “desconhecido” Rodolfo Hernandez (28,15%). Ficou de fora, o direitoista Federico Gutierrez (23,91%), candidato favorito da burguesia e das oligarquias.

Hernández é um aliado de longa data dos governos e políticos direitistas. Sua meteórica projeção eleitoral se deve, fundamentalmente, à rejeição da classe média urbana e rural aos governos e partidos oligárquicos. E que também observam com receio o “esquerdista” Petro, temendo que deixe de aplicar medidas de proteção aos seus lucros e decida por oferecer assistência social, ainda que não passem de migalhas.

É importante assinalar que esses três candidatos representaram eleitoralmente as divisões sociais e de classe ao interior do país. Petro obteve maciço apoio entre os explorados e oprimidos. Gutierrez representa a burguesia e oligarquias que dominam a economia e a política nacional. Hernández expressa politicamente o desespero da classe média e dos pequenos empresários, em face do avanço da desagregação de suas condições de existência social. Hernández, assim, apresenta-se como a chance da direita para derrotar Petro, somando os votos de Gutierrez, alcançaria mais de 50% dos votos válidos.

Petro não tem como romper seu teto eleitoral atual, sem arrastar parte dos 46% do eleitorado que não foi votar, por rejeitar, instintivamente, servir de base de manobras para reforçar um regime que mata, reprime e oprime brutalmente os explorados. Se não conseguir reunir apoio do centro-direita liberal, é possível que acabe derrotado e, assim, desiludir ainda mais as massas, que o apoiaram, acreditando ser possível democratizar o Estado e a economia pela via eleitoral.

A vitória de Hernández será, no essencial, de continuidade do governo oligárquico, francamente antinacional e anti-impe-

rialista. Terá pela frente o difícil objetivo de recompor o regime político, golpeado pela insurgência das massas em 2019 e 2002, contrária às contrarreformas do governo reacionário e pró-imperialista de Iván Duque.

O essencial, porém, reside no fato de que, ganhe Petro ou Hernández, nada se modificará para as massas, que continuarão a sofrer o desemprego, o aumento dos preços e a miséria. A desagregação econômica, agravada pelos reflexos das medidas de guerra na Ucrânia, alavancará ainda mais a destruição de suas condições de vida (destruição de direitos, condições trabalhistas e salários).

A tarefa colocada à vanguarda com consciência de classe é a de compreender as tendências gerais de decomposição do capitalismo e como se manifestam em um país de economia atrasada e profundamente submetida ao imperialismo, como é o caso da Colômbia, para expressar no seio dos explorados o programa de reivindicações e trabalhar por sua organização independente. Certamente, caso ganhe o impostor Petro, a experiência com o reformismo pequeno-burguês poderá ser breve, dadas as condições de miséria das massas e do avanço da crise econômica.

A defesa dos empregos, salários e direitos, e da terra aos camponeses, são reivindicações que defendem as massas da desagregação do regime e economia burgueses. São elas que permitirão constituir a unidade nacional dos oprimidos contra seus opressores, reabrindo, assim, uma via de retomada das tendências insurrecionais das massas, que convulsionaram o país em 2019 e 2020.

É nessas condições que se poderá forjar um verdadeiro partido-programa, marxista-leninista-trotskista, que soldará as massas em luta e as reivindicações imediatas à luta revolucionária para derrotar o regime burguês, e impor um governo próprio dos explorados, operário e camponês.

COMO PARTE DA CAMPANHA DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA, PUBLICAMOS MAIS UM TEXTO DE LÊNIN SOBRE O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO E DE SEPARAÇÃO, E DE LUTA CONTRA A POLÍTICA DE ANEXAÇÃO.

Finlândia e Rússia

Lênin, maio de 1917

A atitude da Finlândia diante da Rússia converteu-se em um tema do dia. O governo provisório não soube responder à reivindicação do povo finlandês, que, por hora, não está pela separação, mas tão somente por uma ampla autonomia.

A política antidemocrática, anexionista, do governo provisório foi formulada e ‘defendida’ no outro dia por Rabóchaia Gazeta (Jornal Operário). Se pretendesse prejudicar a sua defesa, não poderia ter feito melhor. Essa é realmente uma questão fundamental, uma questão de importância para o Estado, que merece a maior atenção.

“O Comitê de Organização entende – escreve Rabóchaia Gazeta, em seu número 42 – que o problema geral das relações russo-finlandesas somente pode e deve ser resolvido mediante um acordo entre o Seim da Finlândia e a Assembleia Constituinte. Até então, os camaradas finlandeses (...) deverão ter presente que se se incrementam as tendências separatistas na Finlândia, é provável que se fortaleçam as

tendências centralistas da burguesia russa”.

Esse é um ponto de vista dos capitalistas, da burguesia, dos Kadetes, mas não do proletariado. O programa do partido social-democrata, precisamente, no parágrafo 9, no qual se proclama o direito à autodeterminação de todas as nações membros do Estado, foi jogado pela borda pelos social-democratas mencheviques. Renunciaram, assim, ao programa e tomaram partido da burguesia, da mesma forma quanto ao problema da substituição do exército regular por todo o povo armado, etc.

Nem os capitalistas, nem a burguesia, nem o partido dos Kadetes jamais reconheceram o direito das nações à autodeterminação política, isto é, à liberdade de se separar da Rússia.

O partido social-democrata, no parágrafo 9 de seu programa, aprovado no II Congresso do partido em 1903, reconheceu esse direito.

Quando o Comitê de Organização ‘recomendou’ aos social-

democratas finlandeses um 'acordo' entre o Seim da Finlândia e Assembleia Constituinte, nesta questão, pôs-se do lado da burguesia. Para convencer-se plenamente disso, alguém tem de simplesmente comparar a posição de todos os partidos e das principais classes.

O czar, as direitas e os monárquicos não estão por um acordo entre o Seim e a Assembleia Constituinte, mas pela submissão da Finlândia ao povo russo. A burguesia republicana é partidária de um acordo entre o Seim finlandês e a Assembleia Constituinte. O proletariado com consciência de classe e os social-democratas fieis ao seu programa estão pela liberdade da Finlândia, como de todas as demais nações relegadas, de separar-se da Rússia. Essa é uma imagem indiscutivelmente clara. Com o pretexto de um 'acordo', que não decide absolutamente nada – pois, o que farão se esse acordo não for realizado? –, a burguesia continua com a velha política czarista de submissão e anexação.

Não se deve esquecer que os czares russos anexaram a Finlândia como resultado de um pacto com o verdugo da revolução francesa, Napoleão, etc. Se estamos verdadeiramente contra as anexações, devemos dizer: liberdade de separação à Finlândia! Somente quando afirmamos e realizamos esse fundamento, o 'acordo' com a Finlândia será um acordo voluntário, livre, um acordo real e não uma farsa.

Somente os iguais podem chegar a um acordo. Para que o acordo seja um verdadeiro acordo e não um ocultamento verbal da submissão, é necessário que ambas as partes gozem de uma verdadeira igualdade de direitos, isto é, que tanto a Rússia como a Finlândia tenham direito de dissentir. Isto é tão claro como a luz do dia.

Somente com a 'liberdade de separação' se pode expressar esse direito. Somente quando se tem a liberdade de separação, a Finlândia estará verdadeiramente em uma situação de chegar a um 'acordo' com a Rússia acerca de se separar ou não. Sem essa condição, sem reconhecer o direito de separação, toda discussão sobre um 'acordo' resulta enganar a si mesmo, e enganar o povo.

O Comitê de Organização deve dizer aos finlandeses, claramente, se reconhecia ou não o direito de separação. Mas, à semelhança dos Kadetes, obscureceu o problema, renegando assim a liberdade de separação. Devia ter atacado a burguesia russa, por negar às nações oprimidas o direito de separar-se, negação que equivale à anexação. Em vez disso, o Comitê de Organização ataca os finlandeses prevenindo-os de que as tendências 'separatistas' fortalecerão as tendências centralistas! Em outras palavras, o Comitê de Organização ameaça os finlandeses com o fortalecimento da burguesia anexionista grã-russa, que é exatamente o que sempre fizeram os Kadetes, o mesmo disfarce sob o qual continuam com sua política anexionista Ródichev e Cia.

Aqui está uma interpretação prática e clara sobre o proble-

ma das anexações, do qual 'todos' falam hoje, mas temendo fazer frente ao problema: estar contra a liberdade de separação e estar pelas anexações.

Os czares levaram a cabo uma brutal política de anexações, trocando uma nação por outra, por acordos com outros monarcas (partilha da Polônia, convênio com Napoleão sobre a Finlândia etc.), exatamente como os latifundiários trocavam entre si seus camponeses servos. A burguesia, hoje republicana, pratica a mesma política de anexações, ainda que de um modo mais sutil, menos aberto, prometendo um 'acordo', mas retirando a única garantia efetiva da igualdade real de realizar um acordo, isto é, a liberdade de separação. O Comitê de Organização se arrasta por trás da fila da burguesia, e, na prática, se coloca ao lado dela (Birshevka, que produziu todas as passagens mais importantes do artigo do Rabóchaia Gazeta e aprovou a resposta do Comitê de Organização aos finlandeses, tinha razão ao chamá-la uma 'lição da democracia russa' aos finlandeses. Rabóchaia Gazeta merecia esse beijo de Birshevka).

Em sua VII Conferência de Toda a Rússia (abril), o partido do proletariado (os bolcheviques) confirmou mais uma vez, em sua resolução sobre o problema nacional, a liberdade de separação.

O agrupamento das classes e partidos é claro.

Os pequeno-burgueses se deixaram intimidar pelo espectro da aterrorizada burguesia; isto é o essencial da política dos social-democratas mencheviques e dos socialistas revolucionários, que têm 'medo' da separação. Mas os proletários com consciência de classe não a temem. Tanto a Noruega como a Suécia saíram ganhando quando, em 1905, se separaram livremente: contribuiu para isso a mútua confiança entre as duas nações, o que favoreceu a aproximação voluntária entre elas, eliminou a tensão absurda e destrutiva, fortaleceu as mútuas relações no aspecto econômico, político, cultural e social, e fortaleceu os vínculos fraternais entre os operários de ambos os países.

Camaradas operários e camponeses! Não se deixem influenciar pela política anexionista dos capitalistas russos de Guchkov, de Miliokov, do governo provisório, diante da Finlândia, Curlândia, Ucrânia, etc. Não temam reconhecer a liberdade de separação de todas essas nações! Não é pela força como se deve atrair os povos à aliança com os grã-russos, mas por um acordo realmente voluntário, realmente livre, que é impossível sem a liberdade de separação.

Quanto mais livre seja a Rússia, quanto mais resolutamente reconheça nossa república a liberdade de separação de todas as nações não grã-russas, com maior força os demais povos se sentirão atraídos a alinhar-se conosco, menor tensão haverá, mais raros serão os casos de verdadeira separação, mais curto o período de separação, mais estreito e mais fortes serão os laços da aliança fraternal entre a república proletário-camponesa russa e as repúblicas de todas as outras nações.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXV, Akal Editor)

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



**Lênin estrategista
da revolução proletária**

*Apostamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*